



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

ATA N.º 09/XIII-1º/2021-25

1 – Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro (Casa Amarela), sito na rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022”;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (PSD), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), Inês Pizarat Bom (BE), Karim Hassam Quintino (BE), solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento dos/as Senhores/as Andreia Sofia Egas (CDU); António Abrantes de Almeida (CDU); José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Sónia Raquel Mota Faria (PSD) por impedimento de Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, não se registou qualquer falta.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença dos/as Senhores/as Vereadores/as Tiago David Costa Galveia em substituição da Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira; Mara Rita Silva Martins em substituição do Senhor Vereador José Luís Riço Bucho de Matos; Fernando Cordeiro Cruz em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Municípes Luís Filipe Pereira e João Luz.

5.1.1. – O Senhor Município Luís Filipe Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vivemos num tempo muito conturbado, pleno de incertezas, onde o aprofundamento das desigualdades é bem visível, uma parte muito considerável da nossa população debate-se com muitas dificuldades, são milhares os que se veem obrigados a recorrer ao rendimento social de inserção, só na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, foram 5314 (cinco mil trezentas e catorze) as pessoas que requereram este subsídio, cerca de 11% da população desta União de Freguesias, não disponho de dados das outras Uniões de Freguesia, nem da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, mas estes são dados mais do que suficientes para chamar a atenção da gravidade da situação.

A crise habitacional é uma evidência, temos imensas pessoas que vivem sem um mínimo de condições nas suas habitações precárias, e outras que aguardaram ansiosamente por urna habitação digna desse nome e que não veem esse dia chegar. Os anos vão passando, umas vezes por um motivo, outras por outra razão qualquer, só explicável pela inércia que se verifica há tempo demais nesta matéria. Não pretendo fazer acusações a ninguém, apenas e tão somente, venho em nome da cidadania deixar o apelo a quem de direito para que definam prioridades e de uma vez por todas se resolva esta chaga social.

Outras situações de outra natureza estão aí para nos alertar que muito esta por fazer, quero dizer-vos que continuo apreensivo com o estado em que se encontra a Escola António José Gomes, Escola centenária que se encontra cada vez mais degradada, não se tendo verificado nenhuma das soluções anunciadas para aquele imóvel. Será que a solução é a demolição intencional ou deixar passar o tempo para que caia por si?

Aproveito para perguntar, se por acaso sabem o que aconteceu à placa toponímica da Av. António José Gomes que desapareceu inexplicavelmente do local onde se encontrava? E a Escola Maria Rosa Colaço, que permanece como todos sabemos?

Deixo também um apontamento sobre o Mercado Municipal da Cova da Piedade, que esta como o executivo bem conhece. E o Polo da Biblioteca Municipal da Cova da Piedade que se encontra encerrado há dois anos e a informação disponível indica: “Devido à pandemia, este serviço de biblioteca encontra-se temporariamente encerrado ao público”. Já podemos entrar em todo o lado, em cafés, nos transportes, mas a biblioteca continua encerrada. É um apelo que eu deixo para que isto seja visto como deve ser.

E o Memorial do Poder Local Democrático, inaugurado no trigésimo aniversário do 25 de Abril, tem o executivo conhecimento do estado lastimoso em que se encontra?

A mina de água do Pombal, cujas origens remontam seguramente ao século XIV, não merece mais do que uns meros gradeamentos a sua volta, ervas e algum lixo que vai sendo empurrado pelo vento e aí permanece? Merecia mais, merecia por exemplo, um quadro onde as pessoas pudessem ler um pouco da história desta Mina de Água, que serviu as populações à volta da Cova da Piedade e do Pombal e que tem uma importância histórica indiscutível.

A Nora que António José Gomes mandou instalar nas traseiras do palácio que abastecia um depósito a partir do qual a água era canalizada para o sistema de rega e a Nora de maiores dimensões, que se encontra atualmente dentro dos limites da Escola Conceição e Silva, esta estrutura foi classificada como imóvel de interesse concelhio a 2 de fevereiro de 1982, atribuída à Casa Eiffel, estão abandonadas à sua sorte, consideremos preservar o património cultural tão importante para a história da nossa terra.

De outra natureza é também o assunto com que encerro esta intervenção, podem considerar de pouca importância, mas é urgente proceder à limpeza dos terrenos que ficaram expectantes após a demolição dos imóveis que ali existiam, são terrenos privados, mas que incomodam e muito o público, veja-se o caso do terreno existente entre a Av. da Fundação e a Rua Pedro Matos Filipe e já apresentado mais do que urna vez nesta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

Alguns elementos que eu citei nesta intervenção, foram extraídos da publicação do CAA – Centro de Arqueologia de Almada de Almada Cova da Piedade Património e História.”

5.1.2. – O Senhor Município João Luz:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu, Joao Luz, em meu nome pessoal e em representação de alguns moradores da rua Afonso Costa — Vale de Cavala – Charneca de Caparica, estamos perante esta Assembleia Municipal para expor num ato de cidadania em liberdade com responsabilidade e transparência o seguinte:

Senhores Eleitos

Existe na Rua Flávia, na localidade acima mencionada, no lote 2, uma construção em desenvolvimento. Segundo informação tem o processo 62/2019.

Na rua Flávia e na correnteza daquela construção, existem construções de 1 piso abaixo da soleira e 1 piso acima da soleira.

Importa aqui informar, segundo o Pelouro de Urbanismo da Câmara Municipal de Almada, esta aprovado (2 pisos acima da quota da soleira e zero pisos abaixo da mesma).

Já existe, um piso da quota da soleira para baixo, com escada interior de entrada no piso e outra entrada na retaguarda, o que já forma uma incongruência.

Sabendo da diferença de quotas, que são elevadas, da Rua Flávia para a rua Afonso Costa, e com a construção em desenvolvimento, levanta a Câmara Municipal, um problema grave aos moradores, fregueses, munícipes e cidadãos da rua Afonso Costa, nomeadamente aqueles que estão no enfiamento daquela estrutura, pois irão ficar quartados do sol, da luz, não só pelo imóvel, mas também por um muro de 1,80 cm., a construir, agravando com as humidades, pois estamos muito próximo do mar e tudo o que advém das intempéries.

Dizer ainda que a na rua Flávia a quota do inicio da própria rua é muito menor aquela, que entronca com as traseiras dos moradores da Rua Afonso Costa.

Senhor Presidente, Senhora Presidente Inês Medeiros, Senhor Vereador Jose Pedro, Senhores/as. Vereadores/as, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Como moradores não estamos contra aos direitos daqueles que chegam, mas também não podemos estar a favor de supostos erros que retiram os direitos aqueles que há muitos anos lá estão, direitos de bens essenciais que qualquer cidadão tem que ter, sol e luz, fazendo rigor ainda a uma moradora, senhora de 85 anos que é lá moradora.

Questiono: será que o projeto daquela obra foi feito por algum técnico que, usando do seu gabinete das novas tecnologias e que a Câmara Municipal de Almada deu a autorização para a construção sem irem ao local perceber o que lá existe?

Ignóbeis, penso que não nos vão considerar. Portanto, aqui e agora, com conhecimento desta Assembleia Municipal, solicitamos ao Senhor Vereador Jose Pedro Ribeiro, reunião de caráter urgente, afim de podermos perceber melhor a gramática e matemática que esta a ser aplicada.

Por fim dizer, que o Gabinete do Senhor Vereador tem conhecimento do acontecido, havendo email enviado na solicitação da reunião e havendo após alguns contatos telefónicos com a Senhora Adjunta Helena Simões, pensamos, salvo melhor opinião, que o cerne do já exposto tem que ser analisado em profundidade por quem de direito, (o Senhor Presidente Pedro Matias também tem conhecimento da construção), a bem de um Concelho melhor e transparente.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.2 – Em resposta aos Senhores/as Múncipes usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta intervenção, o meu gabinete tem vindo a acompanhar esta situação depois de solicitação e reclamação feita por email e também por telefone, entramos em contacto. Portanto, não era necessário entregar aqui o seu número uma vez que está no nosso poder e temos regularmente entrado em contacto consigo.

Trata-se de uma queixa/reclamação, esse processo está a ser seguido e posso dizer que ainda ontem despachei no sentido de ser feita uma fiscalização sucessiva a todo este processo. Estão a decorrer agora os tramites normais e assim seguirão, sem prejuízo naturalmente, de poder marcar uma reunião em breve para recebe-lo.”

5.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me cumprimentar o Senhor Múncipe Luís Filipe Pereira, dizer que é um gosto sempre, vê-lo e ouvi-lo e sobretudo ouvir as suas preocupações todas elas, legítimas e que naturalmente partilhamos. É evidente que nós partilhamos muito das preocupações dos tempos que vivemos e da crise que de facto, resulta de dois anos de pandemia, mais agora uma situação de guerra que ninguém estava à espera, é verdade, e que, naturalmente Almada como sempre tem feito, não abdicando de ser porta voz dos seus múnícipes junto de um Governo que hoje por fim, tomou posse, importa lembrar que também não era a melhor altura para não termos Governo, isso é um pequeno à parte que não posso deixar de referir, não termos orçamento, temos conseguido ter interlocutores mas não tão facilmente quanto gostaríamos. Dizia eu, a Câmara Municipal nunca abdicando de ser porta voz dos múnícipes junto do Governo e dos vários Ministérios e dos apoios, também nunca se escusará como nunca se escusou, de poder pensar internamente e de poder vir a criar os apoios e o reforço dentro daquilo que é um plano que é o plano que já todos conhecem, que é o plano “Almada Solidária” e que estamos naturalmente a pensar e a desenvolver em função de podermos acionar consoante as situações que surgem. Devo dizer que nos últimos tempos temos estado mais concentrados também a criar respostas para possíveis refugiados da situação de guerra, para além da recolha de alimentos e aproveito estar na Assembleia Municipal para transmitir aqui um profundo agradecimento a todos os almadenses que têm sido inextinguíveis na sua generosidade, agradecer também a todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Junta das Uniões de Freguesias nesse esforço. Para além disso temos estado em articulação com o Centro de Refugiados relativamente aos pedidos de apoio que têm surgido e já estamos a partir de 1 de abril, a disponibilizar camas no Caparica Sun Centre para o que for necessário, para além de estarmos a articular também, com privados que generosamente estão a oferecer espaços para acolher. As pessoas que virão nós estamos naturalmente, em articulação com as entidades responsáveis e neste caso, com o Conselho Nacional de Apoio aos Refugiados.

Relativamente às preocupações expressas. A Escola José Gomes de uma forma muito sintética até porque tenho a certeza de que o tempo já está a correr, a Escola José Gomes tinha de facto um projeto que dizia respeito a uma solução que eu acho que cheguei a falar aqui, numa solução para as pessoas em situação de sem abrigo, essa solução acabou por se verificar não ser possível, está neste momento a ser estudado a hipótese e na altura reunimos com Professora Elvira Fortunato, agora Ministro do Ensino Superior e da Ciência e a Dr.ª Rosalia Vargas para se estudar a possibilidade de ali se colocar um Centro de Ciência Viva que Almada não tem. Isso é um projeto que está em curso, que de facto, era uma ideia inicial e que depois tivemos aqui uma hesitação porque havia essa outra possibilidade de lá colocar uma resposta que era urgente, que era uma resposta social que nós consideramos urgente, não tendo sido possível levar essa resposta adiante voltamos ao nosso projeto inicial e dizer que esse projeto está em marcha. Agora, certamente não teremos tanta disponibilidade da agora Ministra e que eu aliás, aproveito para partilhar o orgulho que todos nós temos por esta nomeação.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/

Relativamente ao Mercado da Cova da Piedade, também estamos a fazer um estudo e aliás, está aqui o Senhor Vereador Nuno Matias, que está a avançar com um estudo para um destino, para dar um projeto mais sólido.

O Polo da Biblioteca da Cova da Piedade, posso lhe explicar porque é que não reabriu. Não reabriu porque é urgente fazer obras na Casa Pragana, no nosso Museu Municipal. E, portanto, o Polo da Biblioteca da Cova da Piedade, vai ser usado como espaço do arquivo histórico e para podermos lá guardar algum arquivo, durante as obras da Casa Pragana que é o nosso arquivo histórico e que como sabem não é apenas o único caso, mas a Casa Pragana há muito que precisava de obras, e, portanto, estamos a lançar o projeto e já vamos começar a mudar a parte do espólio para esse ponto. É verdade, que está fechado por causa da biblioteca, mas queremos que o espólio vá parte para ali e vá parte para o Fórum Romeu Correia, que também está em obras, portanto, também estamos à espera da conclusão das obras do Fórum Romeu Correia e, poder manter ali um espaço de atendimento também do arquivo.

Relativamente aos monumentos que estamos a reabilitar. Dizer que foi feito um levantamento, foi feita uma priorização, é verdade, há muito do nosso património que precisa de ser cuidado, que precisa de ser requalificado. Deixem-me só dizer que infelizmente, foi má altura era em plena campanha eleitoral e depois não conseguimos fazer uma inauguração como merecia de toda a reabilitação do painel do Albino Moura ali na rotunda dos bancos e que ficou por fim totalmente reabilitada. Dizer que está concluída e aqui também só estamos à espera da disponibilidade desse grande Mestre que é o Manuel Cargaleiro, também o painel do Manuel Cargaleiro estava ali abandonado e a deteriorar-se também já esta reabilitado. Portanto, só aguardamos que o Manuel Cargaleiro nos confirme que pode estar presente para fazermos uma inauguração de uma reabilitação que foi acompanhada por ele, e isso é uma enorme honra que nós temos a esse nível. E anunciar, que é algo que também nos satisfaz muito, está em fase final de projeto para lançarmos já a obra, por fim, a reabilitação do monumento ao associativismo no Feijó, da Fonte. Também estamos em articulação com a artista, é uma obra complexa por ser uma obra de arte, mas também por ter uma parte técnica muito profunda, e, portanto, também estamos a fazer isso.

É verdade que ainda resta muito por fazer, eu não duvido disso, é verdade que muito do nosso património para além das coisas que já fomos fazendo, como a obra do Pé Curto, como o ring de Cacilhas, temos vindo a reabilitar muita obra pública e tentamos fazê-lo da melhor maneira um pouco por todo o lado. Mas também é verdade que temos algumas obras muito emblemáticas, de grandes Mestres e sobretudo tentamos fazê-lo sempre desde início com os próprios artistas e tivemos a sorte no caso do Manuel Cargaleiro, que também já não é propriamente um jovem de poder acompanhar essa reabilitação.

Portanto, tomamos nota, a Mina de Água, sim já foi referida, tem toda a razão, temos que ver.

O Memorial do Poder Local Democrático, aqui também relativamente ao Museu da Cidade, ao jardim do Museu da Cidade, ele está preservado, o jardim fecha à noite, mas é verdade que mesmo em relação ao jardim e aquela fachada do Museu, há um momento em que também vai ter que ser reabilitado, cuidado. O Museu já levou toda uma nova cobertura, já houve obras muito grandes no Museu da Cidade para impedir as infiltrações que eram um perigo e devo dizer que, grande parte das salas do Museu da Cidade estavam praticamente interditadas, faziam-se exposições e escondiam-se as maleitas, a falta de manutenção dos nossos edifícios municipais tem estas consequências. Portanto, também já foi reabilitado o teto do Museu da Cidade.

Já lançamos um primeiro projeto também para a reabilitação dos Zagallos e, portanto, temos estado assim, sempre com cuidado de reabilitar edifícios, reabilitar obra pública e neste caso a questão do jardim do Museu da Cidade e da obra que não está também segundo os nossos técnicos, não há um risco maior, pode ficar limpa, pode ficar mais bonita, isso sabemos nós, mas de facto, temos estado a priorizar aquilo que é nalguns casos totalmente urgente ou em riscos de cair ou até em riscos de segurança como era o famoso Burro de Cacilhas, aquilo estava até interdito pela Proteção Civil.

Mas agradeço mais uma vez, os alertas que dá, sempre atento à sua União de Freguesias e sabemos que também, particularmente atento à sua Cova da Piedade."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1 – A iniciar o período foi apresentado Voto de Pesar:

6.1.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS), para apresentar o Voto de Pesar “Pelas vítimas da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia” (Anexo 1).

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O princípio da autodeterminação dos povos, elemento definitivamente reconhecido em 1945 na Carta das Nações Unidas, é um pilar insubstituível de paz na Europa. Infelizmente, no passado dia 24 de fevereiro, assistimos em direto aos avanços das Forças Armadas da Federação da Rússia sobre o território do estado soberano da Ucrânia. Este facto só pode merecer o repúdio por parte de todas as instituições democráticas.

A soberania da Ucrânia foi legitimada em 1991 através da realização de um referendo com 92% de voto popular, tendo esta sido amplamente reconhecida no panorama internacional, nomeadamente por Portugal, a 7 de janeiro de 1992, e pela própria Federação da Rússia, a 2 de dezembro de 1991.

Segundo dados da ONU, o número de refugiados ucranianos é já superior a 4 milhões, ao passo que são mais de 12 milhões o número de pessoas que na Ucrânia precisarão de ajuda e proteção.

Ao longo das últimas semanas foi também evidente a devastação causada em cidades ucranianas pelo regime liderado por Vladimir Putin, atingindo civis, procurando através do terror fazer vergar a legítima resistência ucraniana.

A Assembleia Municipal de Almada, fiel aos seus valores e princípios, na defesa da vontade popular, manifesta a sua total e incondicional solidariedade para com a Ucrânia e o seu povo, cuja vida tem sido devassada perante esta brutal invasão, de consequências trágicas e ainda imprevisíveis.

Não confundimos os povos com regimes políticos. Por isso também não esquecemos todos os corajosos russos e russas que, correndo os riscos inerentes ao exercício da liberdade de expressão num regime não democrático, protestam e condenam de todas as formas possíveis esta invasão, em nome da liberdade e da dignidade da Rússia.

Estamos do lado certo da História, do lado dos princípios da Liberdade, da Democracia e do Direito Internacional. Quando estes princípios estão em causa os partidos democráticos devem tomar uma posição clara e inequívoca, manifestando o seu apoio à resistência ucraniana e a sua mais profunda reprovação para com a violência, a repressão e o autoritarismo do regime do presidente Putin.

Saudamos a Câmara Municipal de Almada, as Juntas de Freguesia do Concelho e diversas entidades locais, pelo estabelecimento de uma rede de recolha de bens e medicamentos que têm sido enviados àqueles que sofrem com esta tragédia, na Ucrânia, assim como saudamos o Governo que rapidamente deu nota da disponibilidade do nosso país em acolher os refugiados que procurem Portugal, simplificando os processos de acolhimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 30 de março, manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas desta guerra, injusta e injustificada e apela a que sejam realizados todos os esforços e iniciativas que garantam a paz e que assegurem o apoio humanitário às populações e aos refugiados.”

Este voto deve ser enviado à Embaixada da Ucrânia em Portugal, à Associação de Ucranianos em Portugal e ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia.”

6.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Sónia Raquel Faria (PSD);

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Raquel Faria (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do PSD, quer solidarizar-se com este voto de pesar pelas inúmeras vítimas ucranianas, e pelo inerente sofrimento que esta guerra está a causar a toda a Europa e ao mundo. Muito obrigado.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

16

Também gostaria de dar uma nota de cariz pessoal relativamente a esta situação, gostaria também de solidarizar-me com todos os refugiados com quem eu tenho mantido contacto durante as duas últimas semanas, pela sua resiliência e resistência perante toda esta situação que está a acontecer no seu país.”

6.3 - Não havendo pedidos de palavra foi verificado o quórum e passou-se à votação do documento, tendo sido aprovado por unanimidade.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Presidente da Mesa.

6.5 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU);

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU afirma a total solidariedade com o povo ucraniano, assim como com os povos vítimas da guerra, posição repetidamente afirmada pelas forças políticas que compõem a CDU desde o início do conflito armado atualmente em curso.

A CDU reafirma a sua inquebrantável posição de defesa da Paz e contra a guerra no conflito que opõe a Rússia à Ucrânia, para a qual vem alertando desde o golpe de estado realizado por forças ultranacionalistas e pró-fascistas em Kiev em 2014, e não apenas desde 24 de Fevereiro com a invasão militar da Ucrânia pela Rússia, assim como em relação a todos os conflitos armados que decorrem atualmente em diversos pontos do planeta, e àqueles que ocorreram num passado recente no coração da Europa e em seu redor.

A CDU considera que a escalada da retórica da guerra e da confrontação militar na Ucrânia em nada promove as condições para uma solução diplomática, pacífica e duradoura para o conflito, e que a deriva militarista e a censura à cultura, à opinião e ao livre pensamento, à intervenção cívica e política dos órgãos de comunicação social, é um caminho de promoção do medo e do ódio que urge rejeitar e repudiar.

A CDU reafirma, assim, a imperativa necessidade de valorizar e apoiar todos os esforços no sentido da construção de uma via de diálogo e de entendimento, que permita alcançar o cessar-fogo e a Paz, e condena a manutenção de um clima de apelo à confrontação e à guerra que, lamentavelmente, persiste em muitos momentos da intervenção política em Portugal e no estrangeiro.

O voto favorável à proposta de Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista assim o confirma.”

6.6 – Usaram da palavra para apresentarem Declarações Políticas os Senhores Deputados Municipais Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), Bruno Ramos Dias (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O País está confrontado há meses com uma escalada nos preços dos combustíveis e de outros produtos. Escalada que com as sanções a pretexto da guerra conhece agora aumentos ainda mais brutais.

Para além dos injustificáveis aumentos dos combustíveis, fomos há poucos dias confrontados com novos aumentos na eletricidade, no gás e em produtos alimentares.

Analisemos a questão dos aumentos nos combustíveis. Todos sabemos que os combustíveis que agora estão à venda foram comprados há muitos meses atrás a preços consideravelmente mais baixos dos que se anunciam para maio próximo. Estamos perante um aproveitamento da situação, uma manobra especulativa que apenas serve os de sempre: os grandes grupos económicos! Estes acentuam a sua linha especulativa sobre os preços, concentrando ainda mais a riqueza. Enquanto os preços dos combustíveis batem todos os recordes, a GALP distribuiu em dividendos entre os seus acionistas mil milhões de euros, exemplo que se pode estender aos lucros da EDP, das grandes empresas de distribuição ou da banca.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A vida está aceleradamente mais cara. Esta é a realidade que enfrentam os trabalhadores, as populações, os pequenos empresários e produtores, quando a cada dia vão às compras para levar comida para casa, quando pagam as contas da luz, da água, do gás, da renda e prestações, telecomunicações, combustíveis, seguros, portagens, medicamentos e todo o conjunto de despesas necessárias ao seu quotidiano.

Face a estes brutais aumentos, o salário e a pensão ficam mais curtos para despesas cada vez maiores.

O Governo não pode fechar os olhos a esta realidade nem à especulação que está em curso. A situação exige determinação e não medidas que, sendo importantes, são manifestamente insuficientes e de curto alcance, como as anunciadas nos últimos dias.

Ao novo Governo, exigimos a defesa e proteção das famílias face ao aumento geral dos preços e não a complacência com a especulação.

É, pois, urgente aplicar medidas que enfrentem a atual situação.

Desde já, e relativamente aos combustíveis, impõe-se a tomada de medidas fiscais que podem e devem ser consideradas, nomeadamente a eliminação do adicional ao imposto sobre os produtos petrolíferos e o fim da dupla tributação que se verifica do IVA sobre o ISP.

A imposição de preços máximos é uma medida que tem que ser considerada em matérias como os combustíveis, a energia, o gás e a todos os bens essenciais, em particular dos alimentares.

É urgente a redução do IVA de 13% para os 6% no gás e de 23% para os 6% na eletricidade.

No que respeita à autarquia de Almada, relativamente ao fornecimento de água, impõe-se um melhor acompanhamento das famílias mais carenciadas e de outras que virão seguramente a enfrentar dificuldades para cumprir as obrigações decorrentes do fornecimento de água. A nenhuma família pode ser cortada a água, bem essencial à vida humana, devido a dificuldades financeiras.

Nos últimos dois anos estivemos perante o aproveitamento pelos grupos económicos da epidemia para atacar direitos e condições de vida, ao mesmo tempo que acumulavam milhares de milhões de euros de lucros e dividendos. Hoje, assistimos ao aproveitamento do agravamento da tensão internacional devido à guerra na Ucrânia e das respetivas sanções. Se não forem tomadas medidas que protejam os mais carenciados, os trabalhadores, os reformados, os pequenos e médios empresários e os produtores, teremos os grupos económicos a cavalgar e a exigir novos e mais apoios públicos, procurando pressionar salários, direitos e o nível de vida dos trabalhadores e do povo.

É por isso tão importante a proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República para que o Salário Mínimo Nacional seja aumentado para os 850€, entre outras medidas importantes para os trabalhadores.

Daqui a CDU apela às populações que se mobilizem, que façam ouvir a sua indignação e protesto contra o aumento do custo de vida e travem com a sua ação o processo em curso para subir preços, aumentar juros, promover a especulação e atacar direitos e condições de vida dos trabalhadores."

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 22 de fevereiro, esta Assembleia Municipal aprovou por proposta da CDU, a seguinte recomendação à Câmara Municipal de Almada sobre os auxiliares da ação educativa e equipamentos municipais que enfrentam a ameaça do desemprego, com a máxima urgência, determine a aplicação das normas legais em vigor para a integração das trabalhadoras em causa. Eram então trinta e nove pessoas em risco de perder o seu posto de trabalho.

O objetivo de procurar uma solução, os trabalhadores do Município na manifestação convocada pelo STAL-CGTP no passado dia 17 de março, fizeram ouvir a sua voz frente ao atual Gabinete da Presidência da Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

Municipal de Almada. Lamentavelmente, nem a Senhora Presidente da Câmara Municipal, nem qualquer membro eleito do executivo se disponibilizou para receber os representantes dos trabalhadores que procuravam a solução para diversos problemas laborais com que se confrontam, incluindo a mesma situação, e na segunda-feira dia 27 de março, fomos confrontados com a não renovação dos contratos a nove auxiliares da ação educativa dos Jardins de Infância do Concelho de Almada. Este executivo tomou a decisão de pôr fim ao vínculo laboral destes trabalhadores, falamos de vidas concretas, com vidas concretas, com famílias concretas que ficaram sem saber o dia de amanhã. Importa que, sabemos que o executivo tinha e tem solução para integrar estes trabalhadores. É este executivo municipal que afirmava que a partir do próximo dia 1 de abril era possível a regularização de vínculos ao abrigo do artigo 60º da Lei do Orçamento do Estado em vigor.

Basta que o executivo prorrogue os contratos das nove trabalhadoras auxiliares da ação educativa com o fundamento da preparação do concurso para a regularização do vínculo ao abrigo desse mesmo artigo, o artigo 60º da Lei nº 75-B/2021. Estamos a falar de um serviço público, dos mais importantes para a formação daqueles que são o futuro do nosso país, as crianças, esta é uma área da nossa vivência coletiva que não pode basear-se apenas em estatísticas, rácios ou decisões economicistas. Importa olhar para estes dois anos e refletir sobre o trabalho levado a cabo por estes trabalhadores em conjunto com os restantes e tirar conclusões. É ou não é verdade, que a Lei em vigor, o famoso artigo 60º, da Lei nº 75-B/2021, permite expressamente a integração em vínculo de emprego público sem termo para os trabalhadores em causa? É ou não verdade, que a norma da Lei não tem em lado nenhum, qualquer referência que permita excluir estes trabalhadores e muito menos qualquer referência a trabalhadores dos Ministérios, como se as autarquias pudessem vincular só os trabalhadores dos Ministérios e não os seus próprios trabalhadores? É ou não verdade que a portaria nº 83-A/2009, mencionada no artigo 60º, que temos vindo a referir, não tem nada a ver com rácios de alunos, educadores e auxiliares como afirmou a Senhora Vereadora na Assembleia Municipal, mas sim com a tramitação do procedimento de concurso para contratação da função pública? É ou não verdade, que o acompanhamento de melhor qualidade e de maior proximidade a cada criança, é fundamental quando os pais pela manhã deixam os seus filhos nos Jardins de infância? É ou não verdade que as opções que podem ser tomadas nesta altura das vidas destas crianças, têm reflexos negativos ou positivos, no seu desenvolvimento pedagógico, na sua formação, no seu futuro?

Pela parte da CDU, queremos nesta Assembleia Municipal de Almada, reafirmar a nossa solidariedade para com estes trabalhadores em luta, pela continuidade do seu trabalho tão importante. E também reafirmar, que a solução que impõe pela urgente necessidade, pela sua justeza e pela possibilidade concreta da sua aplicação, é que executivo camarário cumpra a deliberação tomada por esta Assembleia Municipal.”

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com imensa alegria que vemos a quase totalidade da sociedade almadense, a sensibilização e mobilização em condenar este ataque ilegal à soberania ucraniana, provocado pela Rússia que viola o direito internacional, com ataques contra a população civil que todos julgávamos uma prática do passado na Europa dos nossos dias.

A Mobilização e sensibilização em torno da causa ucraniana, o apoio aos deslocados e refugiados, é algo que nos deverá encher de orgulho enquanto Almadenses.

No entanto, não esquecemos que a CDU votou contra o apoio financeira à Ucrânia e que o Bloco de Esquerda se absteve na mesma votação.

E nunca deixaremos que se esqueçam de quem quer sair da NATO.

No panorama Nacional não podemos deixar de referir a tomada de posse do governo no dia de hoje.

Em que o Ministro das Finanças, Dr. Fernando Medina, que enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, forneceu dados sobre manifestantes ao Governo Russo. É isto que temos que ter na mente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Já no panorama Local, vemos que este executivo se preocupa e gasta uma enorme quantidade de recursos nos refugiados nacionais.

Brincamos um pouco com a palavra, mas falamos claramente do grande número de refugiados da batalha autárquica pela Câmara Municipal de Lisboa, que foram recebidos e acolhidos como funcionários por este executivo.

Em todos os jornais temos visto a solidariedade da nossa Presidente, oferecendo alguns contratos de 3.000.00€ (três mil euros) por mês, contratos de mais de 36.000.00€ (trinta e seis mil euros) anuais.

Numa altura em que se verifica a subida dos preços da energia, subida dos custos dos materiais e bens de primeira necessidade, é desconcertante ver que para estes deslocados de Lisboa, segundo alguns jornais, se disponibilizou mais de meio milhão por ano.

Entre eles um fotógrafo a ganhar mais de 36.000.00€ (trinta e seis mil euros), se fizermos como certas as comunicações dos jornais.

De facto, Almada é uma cidade de diferenças.

Nestes quarenta e sete anos mudou a cor do Cartão do partido, mas as práticas continuam as mesmas.”

6.7 – Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Ivan Costa Gonçalves (PS) e ainda a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria apenas e de uma forma muito rápida, porque acho que já debatemos isto à exaustão, dizer o seguinte: eu disse na última reunião de Câmara que iríamos percorrer todos os caminhos, deixei esta frase aqui bem clara. Iriamos percorrer todos os caminhos possíveis e que a Lei permitisse, para fazermos aquilo que nos era proposto. E fi-lo. E hoje, presto contas de tudo o que fiz e dos resultados que houve. Como os Senhores/as Deputados/as Municipais sabem e penso que o Senhor Deputado Municipal Bruno Dias também sabe, o artigo 60º, e não estou a discutir a portaria agora, eu estou a discutir o artigo 60º. Eu tinha a noção exata das fragilidades da aplicação do artigo 60º. Mas tentei com os serviços fazer a leitura mais favorável do artigo 60º. Mas acontece que o artigo 60º tem uma alínea b) que com certeza todos leram e que eu também li, mas que também li antes, mas que pensei que se pudesse ultrapassar que diz o seguinte: “Que o termo resolutivo dos contratos das referidas trabalhadoras, conste de protocolo, acordo de execução ou contrato interadministrativo, para o exercício dessas competências, à data na esfera jurídica, de outra entidade administrativa.” Está aqui escrito no artigo 60º, não inventei. E, portanto, qual foi a dificuldade com que nos comparamos? É que quando tínhamos todo o caminho feito para fazer a proposta e a nossa preocupação eram as tais sete que terminavam antes do dia 1 de abril, altura em que teríamos o processo de competências a concretizar-se e quando tentávamos resolver apenas o problema das sete de uma outra forma que teríamos percorrido também se tivesse sido possível, aquilo que nos dizem em reunião é: “Não, estes contratos são aqueles que estão ao abrigo desta alínea b)”. Portanto, são das trabalhadoras que estão nas escolas que o Ministério vai transferir para a Autarquia, e não as trabalhadoras que a Autarquia contratou por sua autorrecriação porque delas precisou. E, portanto, aquilo que nós temos em termos das trabalhadoras a transferir para o Município, são as trabalhadoras que já pertencem ao quadro nas escolas onde estão, as trabalhadoras que estão em processo de contratação pelas escolas e que passarão a integrar o quadro, e as trabalhadoras que nessas escolas tenham contratos a termo certo. E que se cumprirem o rácio, sim senhor, poderá ser regularizado o vínculo para o Mapa. Portanto, os senhores têm com certeza na vossa frente a Lei como eu tenho, e garanto-vos que percorri todos os caminhos. Agora, eu não posso é calcar a Lei e penso que os Senhores Deputados Municipais também têm esta noção. Só que, propor sem ter a responsabilidade de cumprir, é fácil, nós temos a responsabilidade de cumprir. Eu tive um dirigente sindical há muitos anos quando eu era jovem, que já lá vai muito tempo, que subia lá para o alto da escadaria, e dizia lá do



púlpito que tudo queriam fazer e que achavam que tinham o mundo na frente, “camaradas, propor por propor, é pura demagogia”. E é isto que eu hoje aqui vos digo, é demagogia junto de pessoas que estão numa fragilidade, precaridade laboral, fragilidade social e que de facto, essa demagogia é ainda mais densa. Porque aquilo que quiseram fazer crer às trabalhadoras, foi que nós por má vontade não as queríamos integrar. Mas nós vamos conseguir resolver o problema de uma outra maneira, não com aquela como gostaríamos e de uma forma tão perene, mas vamos, porque eu disse que íamos percorrer todos os caminhos. E percorremos, e recorremos à Associação de Pais, e recorremos a IPSS e no final deste mês, vamos pelo menos garantir que até ao momento da conclusão do concurso a que todas elas concorreram e têm muitas possibilidades de entrar, elas não ficarão sem vencimento.

Portanto, eu chamo outra vez à atenção, não é sério, não é sério, junto das trabalhadoras que se encontram na condição em que estão e podem vir dizer todos que foi por força da manifestação, não foi. Foi porque nós nos empenhamos e eu posso dizer eu concretamente, que percorri tudo, todos os cantos da administração aqui, ali e acolá, para ver se ultrapassava. Eu tinha a noção deste perigo, pois pensei que ele pudesse eventualmente passar no barulho das luzes, mas não passou. E, portanto, cumprimos a Lei, fazemos a leitura mais favorável sempre que podemos cumprindo a Lei, é isto que temos feito, é isto que continuaremos a fazer. Mas não nos dão lição de respeito pelo trabalho de ninguém.”

6.7.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não me vou alongar nesta matéria, vou só responder muito claramente ao Senhor Deputado Municipal Bruno Dias.

Pergunta se é ou não é verdade que se pode aplicar o artigo 60º. Não, não é verdade. Não é verdade hoje, não era verdade ontem, não era verdade quando os senhores fizeram a manifestação e já na altura sabiam que não era verdade. E, portanto, a pergunta que eu devolvo é: “Sabiam ou não sabiam os senhores, que o que estavam a prometer aquelas trabalhadoras, não era verdade? E têm ou não têm os senhores, alguma consciência e algum peso na consciência por tentarem tirar dividendos políticos, num momento de angústia e de sofrimento de pessoas? Porque há um momento de facto, em que não vale tudo. E não é a primeira vez, que a CDU e o PCP se comportam desta maneira. Sempre que há trabalhadores com trabalhos sazonais ou trabalhos a termo, a CDU acha que dali pode tirar um ganhozinho político. Pois desenganam-se, e os últimos resultados provam-no, que esta forma de tentar manipular as pessoas, usar as pessoas para seu próprio proveito, tem um fim e ainda bem que tem um fim, Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, que eu respeito muito, mas que hoje a sua declaração devia envergonhá-lo.”

6.7.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraudes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas questões. A primeira, Senhora Presidente da Câmara, está enganada, não foi a CDU que marcou a manifestação, foi o Sindicato.

Segunda questão, eu vou ler o artigo 60º. O artigo 60º diz assim: “Vinculação dos trabalhadores contratados a termo colocados nas Autarquias Locais...” E depois diz assim, no ponto 1: “As Autarquias Locais, podem excecionalmente, no quadro dos processos de transferência de competências regulado pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, proceder à conversão dos vínculos do emprego público e termo resolutivo em vínculo de emprego público por tempo indeterminado sempre que: alínea a), a função para a qual o trabalhador tenha sido contratado, se encontre na esfera jurídica da competência da Autarquia”. E não digo mais nada.

Senhor Presidente, é só para registar que pela primeira vez nesta Assembleia Municipal, uma Declaração Política deu direito a um debate, mas nós registamos.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.7.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou voltar a ler a tal alínea que o Senhor Deputado Municipal João Geraldês se recusa a ler. E não é por acaso que ele se recusa a ler. Porque esse seguimento todo a que diz e, “só no caso em que o termo resolutivo conste do protocolo, acordo de execução, ao contrato interadministrativo para o exercício dessas competências à data na esfera jurídica de outra entidade administrativa”. E o que isto quer dizer e que aquilo que, não só a Senhora Vereadora foi verificar como eu própria fui perguntar, como eu própria tive ocasião e como eu própria pedi e aguardo, não tivéssemos nós sem Governo, já tínhamos talvez o parecer, não é verdade? Também por causa dos senhores, eu pedi o parecer jurídico ao próprio Ministério, e sabe qual é a grande diferença, com quem é que estas trabalhadoras tinham contrato? Era connosco para escolas que estavam sob nossa tutela, ou era connosco para escolas da tutela do Ministério? Não sabe? Nem isso sabe, não sabe a diferença? Então eu digo-lhe. Estas trabalhadoras tinham contrato com a Câmara Municipal direto, não no âmbito do contrato interadministrativo, não no âmbito do contrato administrativo para escolas básicas que estão na esfera do Município. E este artigo só se aplica no caso de terem sido contratadas via Município para escolas que estavam na esfera do Ministério da Educação. Para quê? Para que no âmbito da transferência de competências não passassem nenhum trabalhador com vínculo precário, nenhum. E, portanto, os senhores sabem isso, porque se há uma coisa que os senhores sabem fazer, é Leis. E, portanto, aqui eu peço desculpa, isto é uma utilização absolutamente abusiva do medo das pessoas. E lamento que um partido político que se diz democrático e sobretudo que se diz defender os direitos dos trabalhadores, use o medo e use a precariedade e use estes momentos de fragilidade, para seu próprio proveito. Portanto, não é por acaso se o Senhor Deputado Municipal João Geraldês não quis ler o resto. Porque sabe muito bem o que lá diz. E tenham a coragem de dizer a verdade às pessoas. Tenham a coragem, porque no final de contas, quem resolve os problemas sem demagogia, sem populismo e sem mentira, somos nós, e continuaremos a fazê-lo como sempre fizemos. E de facto, não foram as manifestações. Peço desculpa, é verdade, é verdade que o Dirigente Regional, não tem nada a ver com a CDU, só foi candidato da CDU.”

6.7.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à outra Declaração Política que foi feita relativamente aos preços dos combustíveis, e apenas uma ressalva, não é a primeira vez que uma Declaração Política dá debate nesta Assembleia Municipal. Não sou Deputado Municipal assim há tanto tempo e recorde-me de já ter acontecido, não é mau sinal.

Agora, aquilo que nos parece também ressaltar é que, para já, o Senhor Deputado Municipal Vasco Gonçalves fez referência a facto de, nas últimas semanas termos sido confrontados com um aumento enorme dos preços dos combustíveis no nosso país. É verdade que sofremos, é verdade que todas as pessoas estão a sofrer este aumento dos combustíveis e aumento generalizado de preços, o que não é verdade é que seja apenas no nosso país. É uma situação que está a assolar o mundo todo e que faz com que, por exemplo, hoje em dia, os combustíveis que a Espanha até costumavam ser mais baratos do que em Portugal, já não tenham essa diferença, mas é apenas um exemplo, por toda a Europa, por todo o mundo, os combustíveis são hoje mais caros. E é verdade que a situação que nós temos não é fácil. Já antes da guerra na Ucrânia ter iniciado, a inflação na Alemanha estava em 5%, em janeiro a inflação rondava os 5% e era inevitável que por toda a Europa, Portugal era dos países da Europa em que a inflação era mais baixa, mas era inevitável que esta situação nos tocasse.

Infelizmente, a somar a isto tudo, termos hoje uma situação de confronto que fez os países ocidentais, as democracias ocidentais, imporem sanções, e se me permitem, no nosso entender, muito bem, a um país do qual nós estávamos se calhar, excessivamente dependentes. Nós, se calhar Portugal também está numa posição apesar de tudo, um pouco mais favorável, mas do qual a Europa Ocidental estava excessivamente dependente. E isso faz com que hoje em dia a solidariedade que nós temos que ter para com os ucranianos, seja feita não apenas nas redes sociais e naquilo que nós todos defendemos, mas que também seja feita nos nossos bolsos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

Porque nós ao dizermos que não compramos certos bens à Federação Russa, porque entendemos que não o devemos fazer por questões políticas, estamos também a proteger os cidadãos ucranianos, isto terá custos, não há outra forma de o dizer.

Agora, o Governo está atento. O Governo tomou posse hoje, este novo Governo que tomou posse hoje e, portanto, aquilo que podia ter feito até agora, como é obvio, é limitado, mas está atento a esta questão, e o anterior Governo tomou algumas medidas no sentido de mitigar estes efeitos na vida dos portugueses. Desde logo com o apoio de 20€ (vinte euros) por mês a quem compra o combustível, ou apoio no gaz de bilha, ao pedido que já foi feito à União Europeia para baixar a taxa de IVA que é cobrada nos combustíveis, ou até no mecanismo que foi introduzido no sentido de devolver no ISP o valor do IVA que é cobrado a mais pelo aumento dos combustíveis. Ou seja, o Estado não está a ganhar mais dinheiro ao contrário do que muitas vezes se diz e que é falso, o Estado não está a ganhar mais dinheiro pelo facto dos combustíveis terem aumentado. E há uma questão que nos parece que nós não podemos ter ilusões. Os próximos tempos vão ser muito difíceis, nós infelizmente, e provavelmente, já estamos a perder poder de compra e infelizmente não há nenhuma solução no curto prazo para que isto possa ser invertido, a inflação é uma realidade que está pelo mundo todo, e, portanto, já existia antes desta guerra, mas são também consequências desta guerra e é verdade que teremos um mundo que é diferente mesmo quando esta guerra acabar, porque não me parece que o mundo ocidental se possa mais uma vez colocar tão à mercê de países que não respeitam as democracias e que não respeitam os direitos mais básicos dos povos e que depois nestas situações fazem com que nós possamos não ter a liberdade suficiente que devemos ter de impedir e de ser devidamente firmes, na forma como repelimos o tipo de ataque como está a acontecer na Ucrânia e que é digno de um mundo onde nós não queremos viver, num mundo em que a Europa passava o tempo a disputar as suas fronteiras. Não é esse o mundo em que queremos viver, não é esse o mundo, vivemos ao longo dos 70 anos um clima de paz generalizada na Europa com algumas interrupções, a minha geração é daquelas gerações que nunca viu guerra no seu território e aqui próximo, e, portanto, é nesse mundo que nós queremos viver, com todos os problemas que temos que enfrentar, nomeadamente até as questões de transição climática e de algumas transformações nas nossas vidas que temos obrigatoriamente de fazer, já tínhamos que fazer antes de todos estes problemas. Agora, há uma coisa que não temos dúvidas. Os poderes públicos têm que estar atentos a esta nova realidade, têm que colocar os seus recursos ao serviço das pessoas, para que as pessoas não empobreçam, não percam especialmente aqueles que estão mais vulneráveis e que estão à mercê destas oscilações. O Governo tem-no feito, tem-no feito com uma série de medidas tendo em conta também as limitações que o nosso país tem e as dificuldades orçamentais que temos e que são de há muito tempo, não são de hoje, o Governo tem-no feito na medida das suas possibilidades. As Autarquias também sabem que têm esta responsabilidade, as Juntas de Freguesia as Câmaras Municipais, que é de nos próximos tempos, se calhar nos próximos anos, os recursos públicos serem colocados fundamentalmente ao serviço do não empobrecimento dos portugueses.

Portanto, o Partido Socialista está absolutamente ciente da responsabilidade que tem a partir de hoje, em que temos um novo Governo em funções, está atento a esta nova realidade, agora não existirão com certeza milagres, não se vai resolver de um dia para o outro e a situação que temos pela frente é difícil e como é obvio, estamos também de acordo com algumas questões que são colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Vasco Gonçalves e também pela CDU, sobre alguns aumentos de preços que são de facto injustificados e que só podem estar assentes em alguma especulação que infelizmente, nestes momentos existem e que o Estado também tem obrigatoriamente de ver, de acompanhar e de combater tal como por exemplo o fez o anterior Governo quando no início da pandemia COVID 19, tínhamos produtos que eram absolutamente necessários e que estavam ser vendidos a preços exorbitantes, vítimas todos nós dessa mesma especulação e o Governo também interveio como terá que intervir nestes pontos dentro daquilo que são as regras do mercado, as regras que estão estabelecidas pela União Europeia, pelo espaço em que nós nos inserimos.

Portanto, com muita dificuldade aquilo que temos é tentar encarar o futuro com toda a seriedade enfrentar os problemas e procurar neste momento, que não exista um prejuízo sério na vida das pessoas, especialmente daqueles que têm condições de vida mais vulneráveis.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7 – Foi declarado aberto o período da ordem do dia;

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem do dia relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022”;

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quando em dezembro passado aqui apresentamos o Orçamento, naturalmente, não estaríamos à espera de estar na situação que ainda agora foi referida, nesta situação difícil, de enfrentarmos uma guerra logo a seguir à pandemia, com um aumento substancial dos preços, com um efeito imediato relativamente aquilo que é o custo das matérias primas, com dificuldades ao nível de todos os fornecedores, empresários, de toda uma economia real que, quando não está a sofrer diretamente, está numa grande incerteza e sobretudo com esta preocupação crescente que temos relativamente à situação das pessoas. Muito do trajeto que temos vindo a fazer, até a nível nacional com os aumentos do salário mínimo nacional, sabemos nós, que se tivermos uma realidade inflacionista como aquela que se prevê e que esperamos que não venha a ser uma realidade ou então que não se prolongue por demasiado tempo, pode ser posta em causa até as conquistas que já tivemos. Dito isto, é importante e permitam-me que diga isto, é com satisfação que vemos o Governo tomar posse, é com impaciência que vemos um orçamento ser aprovado, orçamento esse, que também já previa uma série de apoios sociais que infelizmente, foram chumbados, no orçamento da anterior legislatura, e que foram reafirmados ainda hoje, nomeadamente, o aumento das pensões, o aumento dos apoios sociais, apoios ao nível dos combustíveis, e também se aguarda naturalmente, a questão da resposta da Europa relativamente ao IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado da eletricidade. Para além de outras medidas que venham a tomar.

Esta introdução que eu faço, é uma introdução de contexto, embora, felizmente, Almada neste momento, não está em situação muito preocupante, ou seja, temos capacidade financeira para enfrentar esta crise, mas temos que pensar nesta Revisão Orçamental, que se prende essencialmente e sobretudo, o momento em que ela é feita, que se prende essencialmente com a transferência de competências, que já abordamos há pouco não da melhor maneira, porque acho que haverá coisas positivas para dizer desta transferência de competências, mas que se efetiva no dia 1 de abril na área da educação.

E é por isso, em primeiro lugar, as revisões orçamentais ou estas alterações modificativas, desde a introdução do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, podem ser feitas assim que se fecha os fluxos de caixa, portanto, pode ser feito logo no início do ano, tradicionalmente são feitas com o fecho de contas que era algo que também podia acontecer, com a efetivação da transferência de competências no dia 1 de abril, importava ter um orçamento preparado, com as rubricas preparadas, para acolher as verbas e sobretudo para de imediato poder efetuar os pagamentos devidos.

Importa lembrar também que, teremos certamente tempo para debater esta questão depois do fecho de contas, mas que relativamente ao ano de 2021, terminamos o que era até à data, este ano já outra vez o maior de sempre de Almada, em 2021 tivemos também já um dos maiores senão o maior orçamento de Almada até à data, e que tivemos uma execução de 78% ao nível daquilo que é a obra fechada e as contas fechadas, mas tivemos outras execução que importa lembrar, até porque transitam naturalmente, para 2022, umas eram expectáveis outras não, mas tivemos uma execução na ordem dos compromissos dos 93%, sendo que ao nível dos cabimentos dos procedimentos que estavam a decorrer, mas que ainda não estavam efetivados, a nossa execução foi de 96%. Ou seja, estamos a falar de um orçamento que terminou na ordem dos 146.545.000.00€ (cento e quarenta e seis milhões quinhentos e quarenta e cinco mil euros). O que nos dá um saldo de gerência que poderíamos usar este ano de 41.000.000.00€ (quarenta e um milhões de euros), estou a dizer de cabeça não estou a dar até ao cêntimo, mas 41.035.930.76€ (quarenta e um milhões, trinta e cinco mil, novecentos e trinta euros e setenta e seis cêntimos).



Nesta Revisão Orçamental fizemos a reflexão em função de qual seria o saldo a integrar, o ano passado integramos a totalidade do saldo, este ano optamos até porque como tínhamos que integrar os 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros) de receita vindo do Ministério da Educação, que assim como entra como receita também sai como despesa, naturalmente, estamos a falar de uma receita que já tem associada às despesas, estamos a falar de despesas como os salários, transferências para as escolas de todo o género, estamos a falar de despesas de água, de luz, de vários contratos e, portanto, são esses 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros). Fizemos uma ponderação em relação aquilo que era a execução também dos primeiros meses, e importa lembrar que em relação ao primeiro trimestre já temos uma execução de quase 60%, portanto, estamos com índices muito altos de execução.

Temos que ter a consciência que este ano pela primeira vez, estamos a sentir a dificuldade de resposta nalguns concursos públicos, de obra que lançamos, nomeadamente, a Escola Rosa Colaço, que o senhor município Luís Filipe Pereira mencionou há pouco, o concurso ficou pela segunda vez vazio, e, portanto, é algo que nos preocupa. Tivemos concursos para fornecimento de eletricidade e gaz e isso é mais surpreendente, mas que também ficaram vazios, e isso é muito preocupante, até porque os valores que nos estão a referir, são valores com aumentos absolutamente abissais. Temos uma questão preocupante também, que temos alertado o Governo, a AML – Área Metropolitana de Lisboa e as várias entidades, que são os custos da AMARSUL e, portanto, com o aumento da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos está-se a tornar quase incomportável, irrealista, incomportável não, felizmente Almada consegue pagar mas já estamos na ordem dos 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) para a AMARSUL, já para não falar de todos os aumentos inerentes, porque o Município também acompanha o aumento do custo de vida, nomeadamente, nos combustíveis.

Tudo isso ponderado e até porque já tínhamos um orçamento muito robusto no início do ano, consideramos que, não seria necessário inserir mais do que 19.785.755.00€ (dezanove milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e cinco euros) do nosso saldo de gerência o que faz com que ainda permaneça um saldo na ordem dos 21.000.000.00€ (vinte e um milhões de euros).

Vamos agora mais ao detalhe. A integração, a soma total desta revisão é de 35.500.000.00€ (trinta e cinco milhões e quinhentos mil euros), dividido então pelo montante das transferências da educação que é 15.714.245.00€ (quinze milhões, setecentos e catorze mil, duzentos e quarenta e cinco euros). Importa lembrar que destes 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros) ainda estamos a aguardar uma atualização que já foi proposta pelo próprio Ministério da Educação e que aguardava a efetivação do Ministério das Finanças, porque também importa lembrar que também não havia propriamente Ministérios em plenas funções e, portanto, há uma atualização de preços seja ao nível salarial, seja a outro nível que nós ainda não conhecemos, mas que já nos foi transmitido que aguarda despacho das Finanças. Portanto, estes 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros) poderão e em princípio irão ser aumentados.

A aplicação do montante encontra-se afeto a despesas correntes, 35.000.000.00€ (trinta e cinco milhões de euros) em grande maioria e eu queria salientar os três fatores distintos para este reforço orçamental:

- A necessidade de dotar o orçamento municipal de verbas suficientes para acolher as competências descentralizadas, e disso já falamos.
- O crescimento bastante significativo dos custos de energias, matérias e matérias primas, com o impacto direto nas despesas de funcionamento dos serviços municipais e indireto nas empreitadas a que acresce o elevado grau de incerteza no que respeito o comportamento da inflação.
- A necessidade de responder de forma rápida e eficaz, às oportunidades resultantes da aplicação dos fundos nomeadamente, do Plano de Recuperação e Resiliência, tal como já tínhamos previsto no orçamento inicial, mas que agora que já se tem vindo a concretizar, inclusivamente, com candidaturas já entregues, e outras com declaração de interesse e que ainda aguardam resposta. Nomeadamente, estou-me a lembrar da candidatura às comunidades desfavorecidas, entregamos já uma declaração de interesse, mas é ao nível da AML – Área Metropolitana de Lisboa uma candidatura para a criação de uma Loja do Cidadão, e para além de todas as candidaturas ao nível da habitação que já temos feito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero dar aqui nota que, nomeadamente nas despesas correntes até à data já tínhamos uma execução de 59% e nas despesas de capital até à data de hoje, relativamente ao orçamento inicial, apesar das dificuldades, também já temos uma execução na ordem dos 55%. O que já dá um total da execução de 58% do orçamento que aprovamos em dezembro.

A Revisão Orçamental suporta o acréscimo de custos com os Recursos Humanos na ordem 9.200.000.00€ (nove milhões e duzentos mil euros), naturalmente aqui estamos a falar de oitocentos trabalhadores que vem no âmbito da transferência de competências. O custo com a aquisição de bens e serviços que aqui é muito elevado de 21.700.000.00€ (vinte e um milhões e setecentos mil euros), não esquecer que aqui também estão incluídas despesas das próprias escolas, portanto, não é só do Município, há o aumento de preço, mas também há uma realidade muito importante que é os próprios custos das escolas. E naturalmente, um aumento de transferências correntes de 4.400.000.00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros) decorrente da transferência de dotações para as escolas no âmbito também da transferência de competências, e também de algumas opções que nós tomamos que eu falarei a seguir, nomeadamente, na criação de uma "Almada Film Commission", mas os montantes são muito mais reduzidos.

Relativamente à questão do investimento, e nomeadamente, no setor da habitação, todos os projetos estão a andar, estamos a fazer projetos, mas, temos que ser realistas, provavelmente não vamos conseguir fazer toda a obra este ano. Portanto, há um montante até de forma a garantir algum equilíbrio orçamental, há montantes de investimento na área de habitação que foram calendarizados para o ano seguinte, deixamos uma parte este ano para permitir lançar o concurso, mas, foram calendarizados, tem-se agora entre 2022 e 2023.

O custo estimado com a descentralização de competências, para ser um bocadinho mais concreta, ao nível de pessoal estamos a falar de 9.224.924.00€ (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e vinte e quatro euros).

Ao nível das transferências para 2022, estamos a falar de 2.588.879.00€ (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e oitocentos e setenta e nove euros).

Ao nível da aquisição de serviços estamos a falar de 742.510.00€ (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos e dez euros)

Ao nível da conservação e manutenção falamos de 573.000.00€ (quinhentos e setenta e três mil euros) o que dá um total para 2022 e refiro que não estamos a falar de todo o ano, já estamos em abril, dá um total de 13.149.314.91€ (treze milhões, cento e quarenta e nove mil, trezentos e catorze euros e noventa e um cêntimo).

Em sede de Revisão Orçamental adotaram-se procedimentos orçamentais de uma ótica prudencial, para fazer face aos encargos estimados com a aquisição de bens e serviços, conforme acabei de indicar.

De referir que, a aquisição de bens e serviços ascendia a 29.700.000.00€ (vinte e nove milhões e setecentos mil euros) que em sede de Revisão se reforça em 21.000.000.00€ (vinte e um milhões) o que representa de facto, um crescimento total de 73%.

Também temos que referir uma questão que é o tal aumento substancial, para além dos encargos águas e combustíveis, o aumento com os resíduos sólidos, ou seja, o pagamento à AMARSUL e até um fortíssimo aumento também ao nível da água, porque também sabemos que a fatura da água das escolas, mesmo que seja dos SMAS, passa para nós e sabemos que é muitíssimo pesado.

Relativamente à habitação, quero dar nota aqui de alguns programas que já incluímos este ano e que vamos iniciar, o programa da renda, chamamos-lhe a "Renda Segura" provavelmente vamos lhe dar outro nome, mas é uma rubrica, que é o sistema que já vários Municípios adotaram, mas conhecida sem dúvida Lisboa, que também já está praticamente concluído que é, irmos ao mercado arrendar casas, depois subarrendá-las e o Município cobrir a diferença entre aquilo que é renda considerada aceitável ou social, seja de renda acessível, seja de renda apoiada e ao mesmo tempo dar aqui garantias aos proprietários relativamente à solidez do arrendamento. Para além de todos os projetos e do novo protocolo com o IHRU – Instituto de Habitação e da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

Reabilitação Urbana, ainda no âmbito do PRR, mas que importa cabimentar que é para o alojamento urgente e temporário.

Dito isto, a dotação inicial só para a habitação era de 15.782.520.00€ (quinze milhões, setecentos e oitenta e dois mil e quinhentos e vinte euros); a dotação corrigida para 2022 é de 6.647.357.00€ (seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e trezentos e cinquenta e sete euros) só no investimento, mas em contrapartida nos anos seguintes aumentou e, portanto, temos um aumento em 2023 passa para 36.269.828.00€ (trinta e seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos e vinte e oito euros), até porque nós temos os compromissos a andar. Quero lembrar que houve também uma dificuldade relativamente aquilo que era a entrega não da nossa parte, mas por parte do IHRU – Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana e da inscrição em plataforma de IHRU das candidaturas para a construção e, portanto, houve aqui uma série de fatores que fizeram com que tivéssemos que reprogramar. Dito isto, temos um aumento bastante substancial no total desta reprogramação. Não este ano, para o próximo ano.

Quero dar aqui nota, apesar de tudo, como eu já falei de novas rubricas e novas iniciativas que surgem nesta Revisão Orçamental, já falamos de um “Almada Film Commission” para promover que venham equipas de filmagens nacionais ou estrangeiras, filmar no nosso território, já tivemos o ano passado, tivemos a filmagem de uma novela “A Viúva Negra”, mas temos tido muitos pedidos e é um elemento importante para promoção do território, divulgação turística mas também são sempre momentos que animam uma economia local nem que seja ao nível do pequeno comércio e também põe a trabalhar técnicos, atores locais e assim se espera.

Temos naturalmente, a abertura de rubricas seja de correntes seja de investimento, no âmbito do PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, para as comunidades desfavorecidas, entregamos duas candidaturas, uma para a Caparica Trafaria e outra para a Costa da Caparica. São apoios muito específicos em função de comunidades que foram pré identificadas pela própria Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, são uns fundos que passam pela Área Metropolitana de Lisboa. Temos a criação naturalmente de uma rubrica para acesso à habitação, o tal programa de arrendamento mais acessível para todos. Temos uma rubrica de investimentos especial para investimentos em instalações municipais que também estamos a lançar toda uma série de concursos, mas dos mais variados que vai naturalmente desde a necessidade de criarmos novas instalações para o Clube Náutico, a Pista de Atletismo e, portanto, aqui também estamos a reforçar. Continuaremos naturalmente a fazer a requalificação do nosso espaço público. Temos a questão do Programa de Recuperação e Resiliência para o alojamento urgente e temporário, e temos uma questão muito importante que eu quero dar aqui nota, temos naturalmente, o nosso Plano “Almada Solidária” e esse mantem-se e será sempre reforçado à medida que for necessário, aparecerem mais medidas de apoio, já expliquei várias vezes, o plano “Almada Solidária” é um grande chapéu onde temos conseguido introduzir aquilo que são apoios concretos ao nível da ação social do Município, portanto, felizmente não se esgota na pandemia.

Mas quero dar nota da abertura de duas outras rubricas que são rubricas importantes. Uma é a rubrica de despesas correntes para apoios económicos. Sabem que fizemos o programa “Dinamizar” na altura da pandemia, neste momento criamos uma rubrica no valor de 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros), a rubrica 13 A 2022, para apoios económicos municipais. Ou seja, para poder suportar linhas de apoio que venhamos a considerar e a detetar serem necessárias face à crise que temos pela frente. Eu volto a dizer, isto não invalida o nosso plano “Almada Solidária” que podemos sempre ir alimentando sempre que necessário. E criamos outra rubrica e aí tenho que dar uma explicação um bocadinho mais detalhada aos Senhores/as Deputados Municipais, que é uma rubrica de investimento que diz: “investimentos municipais”. É uma rubrica como sabem nós temos tentado fazer rubricas especificas por obras, por candidaturas é obrigatório, mas usar aquilo que é uma obrigatoriedade na altura das candidaturas para em função de obras, de programas e de projetos, para maior clareza e transparência do orçamento, aqui alguma verba que nós tiramos do investimento, decidimos coloca-la nesta rubrica mais genérica porquê? Porque estamos a ser confrontados em primeiro lugar, pode acontecer que haja concursos que tememos, mas que afinal decorrem melhor do que nós pensávamos, mas uma coisa é certa, nós sabemos que entre cada concurso, entre cada pedido de orçamento, estes montantes aumentam. E têm vindo a aumentar vertiginosamente. E, portanto, temos aqui esta verba, em vez de estar a alocar verba especifica em obras especificas da qual ainda não sabemos muitas vezes qual vai ser o montante



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que vai ter que ser utilizado, temos aqui esta rubrica, estas verbas para investimento, mais gerais, para poder acudir ao aumento dos orçamentos que têm sido uma surpresa, aumento de custo das matérias mesmo durante a obra, ou seja, temos tido muitos pedidos de revisão de preços legalmente fundamentados e naturalmente, também há outro fator de incerteza que é as próprias candidaturas do PRR têm saído, muitas vezes somos surpreendidos com as propostas de candidatura e temos um espaço muito curto para fazer o projeto e para apresentar a candidatura. E, portanto, aqui também pode servir, ou seja, Almada felizmente e temos o valor de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) aqui que é de facto uma salvaguarda para o imprevisto.

Concluindo esta primeira fase e estando naturalmente disponíveis para qualquer esclarecimento, felizmente Almada tem contas certas, tem tido orçamentos sempre cada vez maiores, execuções em termos financeiros e com montante real cada vez maiores, e os investimentos estão a correr, o trabalho está a correr e felizmente tem tido uma boa gestão e, portanto, não está como noutros Municípios que estão em situação muito mais frágil do que nós. E esta Revisão também o demonstra, estamos a incluir mesmo se excluirmos a transferência de competências estamos a incluir cerca de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) num saldo de gerência. Portanto, não se pode dizer que não seja um Município que esteja confortável, mas temos é que estar atentos e temos que dar resposta às pessoas. Temos que dar respostas, temos que ter margem para dar os apoios que sejam necessários e para avançar com os investimentos que sejam necessários e consigamos fazer no melhor prazo possível.

E, portanto, esta revisão no fundo é isso que faz, é que para além de garantir o bom funcionamento de tudo o que já estava previsto em orçamento, também cria aqui de alguma maneira alguma reserva para fazer face ao imprevisto. Eu devo dizer que neste momento as incertezas são muito grandes, acreditamos que até ao final do ano não só iremos e poderemos cumprir tudo a que nos propusemos, mas sobretudo conseguiremos ultrapassar este momento difícil, onde tudo tem que ser feito por um lado com cautela, mas também com afirmação e com confiança e os serviços poderem trabalhar naquilo que é o mais importante, que é cumprir aquilo que anunciamos numa máxima já muito conhecida: "Palavra dada, palavra honrada".

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), José Alberto Lourenço (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Margarida Ramires Paulos (PAN), Ivo Filipe Almeida (PS), Beatriz Leal Ferreira (PSD).

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta alteração, esta revisão orçamental como já aqui foi referida pela Senhora Presidente, relaciona-se sobretudo com a transferência de competências e da qual o Bloco de Esquerda se demarca politicamente porque entendemos que existem um conjunto de competência transferidas para o município que, no caso da educação deveriam, ou ficar na tutela do Ministério da Educação ou no contexto de uma autonomia administrativa passar por um processo de transferência direta para as escolas. O que significa que deveria ter sido feita noutros termos, esse foi aliás, um debate que tivemos desde o início deste processo de transferência das competências para os municípios. Esta é a nossa posição em relação a esta matéria, reconhecendo que o Município adiou tanto quanto possível essa transferência, a verdade é que ela acabará inevitavelmente por se concretizar no dia 1 de abril por imposição, por determinação do Governo e é, portanto, um processo imparável. Neste processo, tal como já foi dito pelo executivo, as escolas adquirem novas competências, e podemos sempre debater sobre esta questão dos orçamentos privativos e o que isso significa do ponto de vista do financiamento.

Esta transferência de competências é um processo automático é apenas uma questão de se adaptar, as verbas transferidas pelo Governo para estas rubricas e acordar com as escolas a melhor forma para a sua concretização.

Mas existem nesta Revisão Orçamental matérias que se prendem não apenas com a transferência de competências, mas muitas outras alterações, e que fazem destas alterações orçamentais uma derivação, uma decorrência do orçamento inicial.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7d

Uma pergunta que já foi feita pela nossa Vereadora Joana Mortágua em reunião de Câmara na última segunda-feira e que já foi aqui debatido, mas que é uma questão que não podemos deixar de colocar também nesta Assembleia Municipal e a questão é relacionada com as escolas e os assistentes operacionais. A questão é se existe nesta Revisão Orçamental, a possibilidade de incluir nos Mapas de Pessoal, os concursos que venham a abrir para integrar aqueles assistentes operacionais cujos contratos já expiraram no dia 27 do mês de março? E se há, portanto, alguma possibilidade no âmbito desta Revisão Orçamental de encontrar uma forma de regularizar aqueles vínculos e de abrir no Mapa de Pessoal um lugar para aquelas trabalhadoras que vão agora esgotar os seus contratos e que vão para o desemprego? Uma outra questão que queremos aqui colocar que não tem a ver com a transferência de competências, é uma questão mais geral e sobre uma realidade da qual todos nós temos consciência, e seguramente nenhum de nós tem muitas dúvidas, é sobre um aumento brutal inflacionista que se avizinha, inflacionista e não inflacionista, ou seja, decorrente da inflação e do contexto internacional, nomeadamente no preço da energia, que afeta sem dúvida alguma a autarquia, mas que afeta de forma dramática as famílias, num país que já tem uma pobreza energética enorme, uma fatura de gás e eletricidade muito grande, e que não se prevê que seja aliviada nem a curto nem a médio prazo. A Câmara Municipal não tem como é evidente, a possibilidade de aplicar descontos nas faturas, mas tem nas suas mãos a questão da tarifa social da água, e é uma questão que nós temos debatido sempre e vamos continuar de forma reiterada a fazê-lo. Que se arrasta há muito tempo, e que está relacionada com o fornecimento de bens essenciais, neste caso a automatização de uma tarifa reduzida para famílias com maior fragilidade social e económica. Essa foi de facto uma questão já muito debatida desde a sua aprovação, e já agora importa lembrar que essa moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi votada e aprovada no dia 25 de junho de 2020, e não queremos de todo reabrir aqui este debate, não é isso que está em questão, e sendo, portanto, aparentemente esta a vontade de todos, a concretização deste processo de automatização da tarifa social da água, o que se tem vindo a arrastar não é o acordo, é sim o prazo para a sua aplicação. A questão é se nesta Revisão Orçamental já se possibilitou o cumprimento dessa proposta do Bloco de Esquerda.

Passando a outra questão, encontramos de facto, muitas alterações nestes mapas e não vamos aqui falar de todas porque o tempo que dispomos não nos permitiria, mas há uma alteração ao Plano Plurianual, e referimos o ponto no 2.4 que é sobre habitação, e que altera de uma maneira que salta à vista as dotações entre a dotação atual e a dotação corrigida. E mesmo ouvindo as explicações da Senhora Presidente da Câmara e sendo este um Concelho onde as carências habitacionais são imensas, temos dificuldade em compreender esta que esta correção para 2022 sofre uma redução tão substancial, e a questão é se isto tem a ver com as dificuldades de execução do orçamento na área da habitação, ou se é apenas a dificuldade deste executivo desta Câmara Municipal para justificar esta alteração.

E para terminar esta minha primeira intervenção, analisando o Plano Plurianual dizer que, registamos com agrado um aumento no sector da cultura, não vamos falar aqui sobre a que se destinam essas verbas concretamente, poderíamos aqui eventualmente ter algumas divergências, e não é isso que queremos debater nesta nossa intervenção. Mas queremos insistir nesta questão sobre o concurso de apoios à criação teatral, e porque é que insistimos nesta Assembleia sobre a questão dos apoios às estruturas teatrais.

O Bloco de Esquerda afirmou que quando foi aprovado o normativo que a verba disponível era claramente insuficiente, o nosso Vereador substituto presente nessa reunião de Câmara, na sua intervenção chamou a atenção exatamente para este problema. O Bloco de Esquerda insiste que a dinamização da atividade teatral em Almada não pode ser feita em prejuízo das estruturas e dos grupos que têm um histórico de produção no Concelho.

Quer-se uma cidade do teatro na qual se somem novas estruturas e novas produções, e em relação a isso estamos inteiramente de acordo, mas uma dinamização que surja do diálogo e não uma dinamização que subtraia ou substitua. E, portanto, insistimos nesta questão, se nesta Revisão Orçamental se possibilita o aumento de verbas para os apoios à criação teatral?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos em vésperas de ver consumado mais um pacote de transferência de competências, diríamos antes, de transferência de encargos e problemas, da Administração Central para os municípios, no caso concreto nas áreas da educação e da saúde.

Infelizmente, esta transferência irá operar-se por via de uma imposição legislativa forçada pelo Governo da República, e não por uma via de diálogo, de construção de consensos e de acordo entre as partes, que seria seguramente uma via muito mais poderosa e respeitadora dos reais interesses dos Municípios e das populações.

No próximo dia 1 de abril, os municípios irão integrar novas competências nos domínios da educação e da saúde, a exemplo do que aconteceu já noutras áreas de competências. Não podemos desligar esta nova etapa do processo de transferência de competências de uma avaliação deste processo no seu conjunto.

Como a CDU tem vindo a denunciar, este processo foi mal desenhado, foi pior construído, e está a ser ainda pior concretizado. Nas áreas em que esta transferência foi já consumada, restam-nos hoje seríssimas dúvidas sobre as vantagens reais desse processo para as populações.

E como a CDU afirmou bem recentemente nesta mesma Assembleia Municipal, quando a 22 de fevereiro passado discutimos aqui o adiamento da transferência de competências no domínio da ação social, este processo ignora que a descentralização administrativa é bem mais complexa, e bem mais completa, do que uma simples transferência de competências.

Dissemos então, e reiteramos hoje, que uma real descentralização administrativa exige a regionalização, sem a qual nunca haverá uma delimitação coerente de competências entre os diferentes níveis da administração pública; exige a reposição das Freguesias, com tudo o que essa reposição significa em matéria de proximidade e participação democrática; exige, ainda, a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira do Poder Local Democrático, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

Todas estas são realidades que o processo de transferência de competências em execução não considera, e menos ainda integra.

Olhemos então à proposta de revisão orçamental que nos é apresentada.

Vamos dividi-la em dois blocos: o primeiro relativo à questão da transferência de competências na área da educação – uma vez que na área da saúde ainda não estão concluídos os procedimentos para a transferência, conforme informação da Senhora Vice-Presidente na reunião da Câmara Municipal da passada segunda feira –, e o segundo bloco relativo à inclusão do saldo de gerência do ano anterior.

Quanto ao primeiro bloco, o Grupo Municipal da CDU sublinha que, para além das insuficiências de natureza legal e administrativa que já referimos, este processo se desenvolve num quadro legal e regulamentar próprio que se encontra também ele incompleto, uma realidade que determina que os municípios se confrontem com um amplo conjunto de incertezas.

Incertezas, aliás, claramente expressas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal na reunião da Câmara Municipal que já referimos, ao afirmar, em resposta a uma pergunta dirigida pelos eleitos da CDU, que não tinha ainda informação sobre as condições concretas em que a transferência de competências se iria concretizar, designadamente no que respeita ao número de trabalhadores, salários e questões associadas envolvidas.

A CDU não estranha que a Senhora Presidente não disponha dessas informações, tal a pouca qualidade de todo este processo, como já afirmámos. O que a CDU estranha é que, a dois dias da consumação da transferência de competências na área da educação, a Senhora Presidente não possua informação que consideramos essencial e imprescindível à boa concretização do processo, e fique silenciosa, não reaja, não tenha uma palavra de crítica que seja, a essa realidade indiscutivelmente negativa. Mas mais do que isso, aceite integrar numa revisão orçamental 15,7 milhões de euros, sem afinal conhecer exatamente a que se destinam.



Incertezas de natureza diversa, que resultam de grandes interrogações que têm que se colocar relativamente à forma, e ao conteúdo objetivo, do financiamento das competências a transferir, encontrando-se instalado um legítimo receio que elas venham a representar um significativo aumento de encargos para os municípios, considerando o crónico subfinanciamento das áreas de competências a transferir.

Particularmente preocupante é o facto do próprio Fundo de Financiamento da Descentralização, previsto na Lei, não ter sido criado até ao momento. Esteve previsto na proposta de Orçamento de Estado para 2022 que a Assembleia da República rejeitou, mas a verdade é que não existe neste momento.

Não será por mero acaso, certamente, que vimos muito recentemente os presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, assumirem em posição conjunta de dois dos maiores municípios do país, a expressão de uma grande preocupação pelas incertezas de que todo este processo se reveste.

Sobre a proposta no concreto, a CDU sublinha que, confirmando as afirmações da Senhora Presidente, não é referido em nenhum ponto quais as rubricas orçamentais pelas quais é distribuído, no concreto, o financiamento de cerca de 15,7 milhões de euros da administração central.

Não é possível perceber esta distribuição nem naquele documento, nem no mapa referente às Grandes Opções do Plano. O mínimo que se exigiria era um quadro rigoroso que explicitasse e de forma transparente, em que rubricas orçamentais serão incluídas as verbas transferidas pela Administração Central, se elas são ou não suficientes para cobrir integralmente os encargos do município com esta transferência, e em caso negativo quais serão os encargos adicionais que terão que ser cobertos pelo orçamento próprio do município.

Importará, por isso, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal explique com detalhe, como é que, no concreto, se chegou ao montante de 15,7 milhões de euros que nos é proposto no quadro da transferência de competências na área da educação.

Entretanto, já percebemos onde é que vem os 15.700.000.00€ (quinze milhões e setecentos mil euros), estão num documento a que tivemos acesso ao fim da tarde e resultou do estudo feito em 2018, 2019, por um grupo de técnicos e ele lá está na última página 15.700.000.00€ (quinze milhões e setecentos mil euros). Foi o estudo feito na altura por aqueles técnicos. A pergunta que fica é: esse estudo os seus resultados, estão cabalmente aceites pela Administração Central, será que hoje são os mesmos? Passaram, entretanto, três quatro anos.

Quanto à proposta de inclusão do saldo de gerência do ano anterior, a leitura dos documentos distribuídos não pode deixar de reavivar a nossa memória sobre as declarações prestadas nesta Assembleia Municipal pelo Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro.

O antigo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almada, procurando desmentir números oficiais aprovados em sucessivos Relatórios e Contas de Gerência da Câmara Municipal, relativos ao investimento – melhor dizemos, desinvestimento – da atual maioria, na conservação e manutenção de equipamentos desportivos, afirmou, e citamos textualmente, “só para clarificar o que disse a Senhora Presidente, e para ilustrar os números, expressivos mas equívocos, que foram aqui trazidos pelo Vereador António Matos, só a cobertura do Pavilhão do Feijó, que deixaram apodrecer por não terem arranjado o sistema de AVAC, custou 500 mil euros. Só! Os balneários insalubres custaram 250 mil euros. Números redondos. E, portanto, há muita forma de fazer obras, o importante é fazê-las. E temos estado a fazer”. Citámos textualmente.

Olhando então para a proposta de revisão orçamental aqui trazida pela maioria, podemos começar a perceber melhor essa doutrina afirmada pelo Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, segundo a qual fazemos obra, registamos no sítio certo um valor, mas pagamos, por uma dessas múltiplas formas de o fazer, por outra via qualquer que ninguém conhece, a não ser, evidentemente, aqueles que o fazem. É isto que podemos começar a perceber com maior nitidez.

Neste quadro, o Grupo Municipal da CDU destaca três aspetos essenciais, falamos da revisão orçamental.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O exponencial aumento das despesas previstas com a aquisição de bens e serviços (nominalmente aumenta cerca de 22,3 milhões de euros, que são 79% do valor aprovado há três meses atrás. Isto é: quase que duplica.

Só por si, este aumento é superior à verba do saldo de gerência integrado nesta revisão, que se fica por cerca de 19,8 milhões de euros. A Senhora Presidente explicou na reunião da Câmara Municipal, onde esta proposta foi aprovada, que tal aumento se deve ao previsível crescimento das despesas do município em energia, e referiu especificamente a eletricidade e o gás.

Fazendo as contas a partir do mapa das Grandes Opções do Plano, verificamos que o reforço conjugado das rubricas referentes a custos com eletricidade, gás, água e iluminação pública, não ultrapassa os 8,2 milhões de euros. A questão que se coloca é, por isso, onde serão investidos os 13,5 milhões de euros que reforçam o “bolo” geral das aquisições de bens e serviços?

É uma dúvida que subsiste. Mas a verdade é que pela primeira vez, o orçamento municipal integra uma previsão de despesas com aquisição de bens e serviços, superior à despesa prevista com pessoal, incluindo já os trabalhadores que serão transferidos da administração central no âmbito das competências na educação, refere-se que são à volta de oitocentos.

Para terem uma ideia, fizemos uma revisão aos orçamentos dos grandes municípios deste país, os grandes Municípios deste país. E só encontramos duas situações, em que a aquisição de bens e serviços, é superior às despesas com o pessoal. Foi Cascais e foi Leiria. E isto é bem elucidativo daquilo que se pensa que é um orçamento municipal. Quando se aposta em aquisição de bens e serviços, em detrimento de despesas com o pessoal.

A CDU destaca igualmente a não menos exponencial redução do investimento previsto na área da habitação em 2022 – é certo que transita para 2023 e anos seguintes –, que vê reduzido um montante de mais de 10,4 milhões de euros em investimento, sendo que cerca de 6 milhões de euros referentes a construção e 4,4 milhões referentes a reparação e beneficiação.

O que eu acho mais significativo aqui é o seguinte: é que o orçamento anterior foi aprovado há três meses atrás. Três meses atrás. Em três meses consegue-se passar o investimento em habitação de 15 milhões de euros para meia dúzia de milhões. O que é que aconteceu? Alguém levantou uma pedra? Ou finalmente, acendeu-se uma luz e percebeu-se que investir em habitação não é uma coisa assim tão, enfim, que se faz com um estalinho, um estalinho como muitas vezes os nossos orçamentos mostram.

Todos nós nos lembramos, certamente, da discussão travada em torno desta matéria em dezembro de 2021, quando o orçamento ainda em vigor foi aprovado. A área da habitação foi então apresentada como a “menina dos olhos” deste orçamento, uma bandeira de grandes dimensões desfraldada aos quatro ventos. Passados três meses, tudo indica que a maioria adotou uma visão bastante mais realista, e arrepiou caminho na euforia que se anunciava, de facto, muito débil.

Mas vai ter que fazê-lo varias vezes e nós vamos ter a oportunidade aqui ao longo destes anos, de assistir a estas revisões orçamentais na área da habitação.

Neste quadro, a CDU irá abster-se na votação da proposta de revisão orçamental que nos é apresentada, considerando que, não obstante as grandes dúvidas que subsistem relativamente ao processo de transferência de competências da Administração Central para o Município, é indispensável dotar o orçamento municipal das condições para que os salários e outros encargos sociais com os trabalhadores transferidos sejam plenamente assegurados pela Câmara Municipal, o que consideramos estar garantido pela inclusão da verba de 15,7 milhões de euros considerada nesta proposta de revisão orçamental.

A CDU sublinha ainda o seu total desacordo relativamente às restantes alterações ao orçamento aprovado em dezembro de 2021 aqui propostas, considerando que sendo o orçamento inicial muito mau, estas alterações em nada o vêm alterar em sentido positivo, pelo contrário, entendemos que a população de Almada fica ainda mais mal servida após a aprovação desta revisão orçamental.”



7.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Chega tem muitas divergências com este executivo, divergências de como se devem resolver e abordar diversos temas desde os impostos cobrados ou retidos pelo concelho, como as políticas económicas de investimento que poderão trazer um maior fulgor económico a Almada.

São divergências de ordem política que depois se traduzem em divergências nas escolhas orçamentais.

E por esse motivo votámos contra o orçamento em dezembro passado.

No entanto, esta revisão é motivada pela passagem de competências para a Câmara Municipal de Almada. O que apoiamos e concordamos apesar de considerarmos que os montantes envolvidos e disponibilizados pelo Governo carecem de revisão.

Somos contra a Regionalização, por pensarmos que irá servir apenas para criar mais cargos políticos, mas somos a favor da descentralização de competências.

Não da descentralização de competências feita como este Governo fez. Esta descentralização de competências é mais uma desresponsabilização que outra coisa, acompanhada de uma passagem de verba claramente insuficiente para a Câmara Municipal efetuar o seu trabalho.

Torna-se necessário acompanhar mais de perto todo este processo e com esse intuito em mente iremos fazer chegar em sede da Comissão respetiva, um conjunto de propostas para melhor controlar e fiscalizar as passagens de competências.

No entanto, e neste caso o sentido de dever fala mais alto. Esta revisão de orçamento é imprescindível para permitir que 830 assistentes mantenham o seu vínculo, que a aquisição de bens e serviços para as nossas escolas proceda com tranquilidade, apesar das subidas vertiginosas dos custos com a energia, da responsabilidade do Governo Central, a TGR altíssima, também da responsabilidade do Governo Central e o aumento de custo de materiais.

E assim sendo com um sentido de missão iremos abster-nos nesta votação.”

7.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta revisão orçamental como já foi dito, prende-se sobretudo com a transferência de competências que traz inúmeros desafios aos Municípios, mas também oportunidades para fazer mais e melhor e é nisso que gostaríamos de nos centrar. Nomeadamente, na área da educação que é aquela que já está mais avançada nesta altura e que traz agora esta Revisão Orçamental.

O Decreto-lei 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, entre outras, a manutenção do plano de transporte escolar, a conservação e manutenção de edifícios escolares do Ensino Básico e Secundário, o fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, e medidas de apoio à família.

Nesse sentido, e aproveitando esta transferência de competências, é possível apostar em soluções que reforcem a sustentabilidade e melhorem a qualidade das escolas.

Quanto ao transporte escolar, há agora uma oportunidade de reforçar não apenas o transporte público, mas também em mobilidade suave incentivando e criando condições para que os alunos possam ir para a escola a pé ou de bicicleta, retirando muitos carros que se aglomeram nas proximidades das escolas. Deixo o exemplo do Walking bus ou Pedibus, traduzindo para português, que é constituído por um grupo de crianças que fazem um percurso de ida e volta da escola a pé, acompanhados por um ou mais adultos e seguindo um determinado percurso. Algo já implementado em vários países e também em Portugal em algumas autarquias.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É também do conhecimento de todos que os vários edifícios do parque escolar de Almada, se encontram em mau estado de conservação e que necessitam de obras e de melhoramentos e remodelações. Nesse sentido gostaria de saber se o Município já fez o levantamento dessas necessidades ou em que estágio está esse levantamento e qual o calendário para a modernização e obras nas escolas?

No que diz respeito às refeições escolares, salientamos que nos termos da Lei nº 11/2017 a opção vegetariana deve ser garantida em todas as cantinas do serviço público, nomeadamente escolas, universidades públicas, hospitais, serviços locais, lares, centros de dia e serviços prisionais. No entanto, verifica-se que por um lado as refeições vegetarianas servidas aos alunos motivam diversas reclamações, não só as vegetarianas, mas também vegetarianas, sobretudo devido à sua pobreza nutricional, monotonia dos pratos e a forma como são cozinhados. E por outro lado, existe muito pouca flexibilidade por parte das escolas para que este prato seja escolhido. Ou seja, os pais têm que assinalar no início do ano se querem ou não esta opção, não podendo os alunos depois experimentar ou optar por esta opção em algum dia da semana.

Há assim uma necessidade de um maior investimento numa alimentação mais saudável e sustentável, e esta transferência de competências pode ser uma oportunidade para o Município melhorar as refeições servidas nas escolas que são alvo de críticas permanentes.

Finalmente as atividades de complemento educativo, e as atividades de enriquecimento curricular, podem e devem servir para a promoção da educação ambiental e proteção animal, procurando construir escolas mais sustentáveis que preparem futuros cidadãos para os desafios presentes e para o respeito por todos, tendo agora o Município uma responsabilidade acrescida nesse sentido.”

7.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de deixar aqui uma nota do que está a ser efetivamente discutido.

Esta Revisão Orçamental, esta Alteração Orçamental, deriva de alguns fatores, que já foram aqui nomeados, de principal relevo, diria a necessidade de dotar o orçamento municipal de verbas suficientes para acolher as competências descentralizadas essencialmente, na área da educação, onde a este propósito se verificam custos com Recursos Humanos de 9.200.000.00€ (nove milhões e duzentos mil euros), mas também, uma necessidade que deriva de toda a conjuntura internacional que afeta obviamente a nossa realidade nacional, incontornável. Ou seja, isto é, de um aumento vertiginoso dos custos em geral da água, energia, combustíveis, o próprio aumento do valor das matérias primas, e tudo isto tendo a montante, não termos tido, o que não é menor o facto de não termos tido um governo em plenas funções, e todos nós temos memória porque é que isso aconteceu, que nos atrasou em muito toda esta procura de equilíbrio orçamental que a Câmara Municipal de Almada teve e ainda o tem.

E com isto, acho que merece ser dito, e dada uma palavra de saudação à Câmara Municipal de Almada, pelo facto de ter analisado, porque leu e porque está a gerir estas circunstâncias extraordinárias, que eu diria se me permitem, “supervenientes” aquilo que era esperado, ao orçamento inicialmente apresentado e aprovado.

Não fugindo aos factos, penso que são raras, as Câmaras Municipais que podem dizer, nos dias de hoje, que promovem uma inserção de 19.000.000.00€ (dezanove milhões) de saldo de gerência, ainda ficam com uma sobra de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros).

A Câmara Municipal de Almada tem hoje, folga no próprio orçamento, aqui no exemplo das Grandes Opções do Plano – GOP, 146.000.000.00€ (cento e quarenta e seis milhões de euros) do ano passado que, a título de curiosidade importante, com uma execução final de 78%, mas na realidade, com compromissos, ou seja, com os procedimentos em curso, com os contratos já assinados que nos oferecem uma taxa de execução final efetiva na ordem dos 96%. Parece-me relevante.

O que nos permite também dizer, ainda com a preocupação e com a ponderação que é adequada a esta situação, que Almada não tem, hoje, um verdadeiro problema orçamental. (Nem verdadeiro nem aparente, nem



encoberto), Almada não tem um problema orçamental. Não tem um problema orçamental ao arrepio de muitos Municípios que têm verdadeiros problemas orçamentais e nós conhecemos, têm dificuldades imensas. Mas Almada consegue, apesar de tudo, apesar destas circunstâncias que foram amplamente e reiteradas pelos vários Senhores Deputados Municipais e pela Senhora Presidente, consegue apesar de tudo lançar obras, lançar projetos. E a questão que eu coloco é: porque é que isso acontece? Afinal porque é que a Câmara Municipal de Almada, ao arrepio de muitos Municípios, tem esta capacidade de apesar destas circunstâncias conseguir lançar projetos e lançar obras?

Isto para mim é um facto notório. Nós em Direito costumamos dizer se me permitem aqui uma partilha muito rápida, que factos notórios não carecem de alegação nem prova. Mas eu aqui tenho o meu interesse, acima de tudo, e tenho o gosto de partilhar convosco. E dou um exemplo muito claro, o que me parece explicativo e pragmático do porque é que Almada consegue e tem esta capacidade mesmo nestas circunstâncias. Um exemplo, os investimentos em Almada, nos últimos 4 anos, praticamente duplicaram!

Almada tem hoje grandes e muitos projetos, Almada tem hoje muitos projetos em carteira, demonstra um grande dinamismo. E é isto tudo apesar destas circunstâncias, são estas circunstâncias que nos permitem aos dias de hoje dizer que estamos com certo conforto financeiro

Gostaria também de dizer e terminando, focando-me na Alteração Orçamental, que é o tema da nossa Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal dizendo, o que me parece ser o exemplo conclusivo do bom caminho que a Câmara Municipal de Almada está a percorrer que é o seguinte:

Esta mudança orçamental não altera em nada, em nada, a previsão de investimentos deste ano e dos anos subsequentes. Portanto, esta mudança orçamental não altera em nada a previsão de investimentos deste ano e dos anos subsequentes. E isto, na atual conjuntura que todos vivemos, na infeliz conjuntura que todos vivemos, parece-me que é de um grande mérito. Todos nós e todos os almadenses, devíamos congratular-nos com essa realidade."

7.1.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PSD vai votar a favor da Revisão do Orçamento Municipal, tendo, sobretudo, como base a necessidade de introduzir as exigências da transferência de competências na educação.

Não só se trata de uma operação de elevada complexidade, que, por exemplo, implicará a gestão de 430 novos trabalhadores (dados da Senhora Presidente) como, para agravar, os números e as regras que estão na base dos cálculos dos valores aqui hoje apresentados, não são ainda os definitivos.

E são uma estimativa a nosso ver, injustificadamente. Não por culpa do poder local, mas do Governo Central, que há anos vem a trabalhar na transferência de competências, mas que na altura da sua concretização, deixa os municípios a antecipar uma responsabilidade tão importante com rácios e estimativas calculadas em 2018. Passaram 4 anos, foi em 2028. Tivemos aumentos do ordenado mínimo, mudanças nos escalões, uma pandemia, inflação, uma guerra e agora, os municípios têm de antecipar ordenados para funcionários, cujo valor correspondente a transferir por parte do Governo Central ainda não foi atualizado.

Os valores das transferências serão atualizados? Todos acreditamos que sim, naturalmente. Mas não faz sentido que estejamos ao dia de hoje sem certeza dos números. Estamos a falar de uma Câmara Municipal que antecipa orçamentos superiores a 140 milhões de euros, não estamos propriamente a falar de contas da escola primária que sejam fáceis de resolver. E ajudaria muito a planear o ano e até eventualmente, evitaria que aqui estivéssemos hoje se o processo tivesse sido devidamente planeado.

E preocupa-nos certamente a todos o que vai quando for a transferência de competências da saúde ou da ação social. Poderá eventualmente até não envolver tantos trabalhadores, mas cujos os valores pela natureza das ações, das atividades, poderão ser muito mais elevados. É altura de refletirmos sobre o nosso papel enquanto autarcas e sobre a nossa responsabilidade enquanto agentes fiscalizadores eleitos pelo povo porque muito



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

provavelmente seremos confrontados com a mesma situação, ou seja, aprovar revisões orçamentais sem certeza dos números em causa ou prazos.

Faltam 26 dias para o 25 de Abril e deixo uma sugestão à Senhora Presidente da Câmara. Quando falar com o seu Partido e o Governo e quando os ouvir a falar em cumprir os valores de Abril, peça-lhes por favor, para começar por respeitar o Poder Local, é a maior conquista da liberdade. Ninguém reconhece melhor as necessidades dos cidadãos do que o Poder Local e daqui em diante, o Poder Local será o garante máximo da educação universal.

Não nos esqueçamos que no dia 26 de Abril de 1974, 60% dos portugueses eram analfabetos.”

7.1.3 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.1.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão do financiamento da educação, eu volto a dizer, está a aguardar aceitação do Ministério das Finanças, foi isso que nos foi transmitido pelo Ministério da Educação, pela DGEST e também pela então Ministra Alexandra Leitão que estava a coordenar este processo, no sentido de já uma proposta de revisão e, portanto, os valores do Ministério já poderão ser atualizados. Até poderão ser atualizados no âmbito do Decreto-lei enquadrador o 21/2019, que no seu artigo 52º, e aqui como vários Senhores Deputados Municipais levantaram a questão, “O financiamento anual das despesas em que os Municípios incorram no exercício das competências de contratação de fornecimentos e de serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, previsto no artigo 46º, é calculado para cada ano com base na despesa efetiva correspondente no ano anterior”. Isto é em relação como disse às outras despesas e depois há despesas com pessoal que de alguma maneira é o mais fácil de calcular. Até porque, os aumentos salariais, muitos decorrem e estamos a falar de assistentes operacionais, muitos decorrem e bem, do aumento do salário mínimo e bem, estamos a falar dos custos de carreira. O mais simples é poder calcular e transmitir ao Ministério o quanto é que está em falta.

Relativamente a esta questão, que tem sido uma questão muito debatida, que os montantes foram gastos em função do que era gasto no ano anterior e que o Ministério nunca gastava o suficiente, temos de facto, este enquadramento que também permite que de ano para ano, possamos dizer ao Ministério que dentro daquilo que é listagem de trabalhos a fazer e há um trabalho que ainda está em curso, que são levantamentos de obras estruturais que competem naturalmente, ao Governo fazer ainda. Esse levantamento ainda está a ser feito, mesmo assim, como sabem, Almada mudou de atitude relativamente a isso, a Carlos Gargaté é um cofinanciamento entre o Estado Central e o Município e o Município orgulham-se desse facto, é aliás, o que muitos Municípios têm feito, é se não há verbas suficientes no Estado Central para fazer e se o Município tem a possibilidade de investir, o Município investe para bem das suas crianças e para bem da sua comunidade escolar. Não vamos ficar anos a queixarmo-nos sentados, a queixarmo-nos do Estado Central. Se temos verbas para o fazer, se são precisas escolas e não deixamos de reclamar junto ao Governo a obrigação de o fazer também. Mas isto eu quero também que seja claro.

Portanto, vamos trabalhando, vai ser construído. É muito natural, que haja um grande número de incertezas, algum nervosismo por parte de todos, naturalmente, nós também estamos na expectativa que no dia 1 de abril, vai ser certamente uma realidade, não é mentira nenhuma, claro que é uma mudança muito substancial e, portanto, há naturalmente alguma expectativa e até algum nervosismo, seja junto das escolas, sejamos nós próprios, seja toda a comunidade. Mas isso é assim, muitas vezes temos grandes mudanças e depois acabamos por chegar à conclusão que as coisas até correram melhor, nós estamos convencidos que as coisas vão correr bem, poderá haver um pequeno sobressalto aqui e ali, mas não é nada que não se venha a resolver e eu tenho que partilhar convosco aquilo que também tenho falado com os meus outros colegas, que já viveram esta situação e que me têm de alguma maneira dito que em relação à educação as coisas aliás, acabam rapidamente por entrar no carril há muitos Municípios que já aceitaram as competências da educação e são Municípios que não consta que tenha havido nenhum drama de maior, nenhuma falência de Município, nem de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

escolas a fecharem, pelo contrario, o eco que temos de todos, seja da comunidade, seja das Câmaras Municipais, é ao contrario, uma maior eficiência, uma maior proximidade, uma maior interação e uma requalificação também, uma melhoria dos serviços aos alunos, aos professores, ao pessoal auxiliar, porque de facto, acreditamos nesta proximidade. Portanto, expectativa é normal, e o que eu quero deixar aqui claro, é que todos os serviços da Câmara Municipal estão preparados para acolher, vamos ver, certamente que vai correr bem este primeiro passo e depois temos que fazer o passo caminhando.

Relativamente a esta questão que não se sabe o que é a aquisição de serviços, então eu vou ler, eu vou ler porque já imaginava, não há nenhum segredo. "Os encargos de limpeza, estava inicialmente definido 1.733.875.00€ (um milhão, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e setenta e cinco euros), e passamos para uma correção de 2.225.946.00€ (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e seis euros), ou seja, um aumento de 28%. Porquê? Porque naturalmente, também temos que incluir as limpezas das escolas e a saúde aqui pouco ou nada está incluído.

Encargos com os combustíveis temos um aumento de 53% em termos de previsão. Tínhamos 1.165.000.00€ (um milhão cento e sessenta e cinco mil euros) e passamos para 1.779.500.00€ (um milhão, setecentos e setenta e nove mil e quinhentos euros). O Senhor Deputado Municipal José Lourenço diz que é especialista nestas coisas, mas nunca sabe ler rubrica nenhuma, engana-se sempre, troca sempre tudo. Portanto, eu agora vou ajuda-lo a fazer as contas.

Encargos com a energia elétrica estava previsto 2.250.000.00€ (dois milhões duzentos e cinquenta mil euros), está agora incluído na Revisão uma dotação final de 5.837.000.00€ (cinco milhões oitocentos e trinta e sete mil euros). Estamos a falar de uma previsão de aumento de encargos e eu volto a dizer, não só das instalações municipais, mas também ao nível das escolas, mas que se traduz num encargo de 159%.

Encargos com gaz e aí é a coisa mais preocupante, eu relembro que estes valores também têm os concursos que nós lançamos e que ficaram vazios, ao nível da eletricidade e do fornecimento de gaz. Os valores que nos estão a apontar para gaz, temos de facto, e estamos a tomar medidas necessárias, temos dificuldade em entende-los, encontrar uma razoabilidade. Agora, uma coisa é certa, o preço unitário, do gaz triplicou. E, portanto, triplicou. O Gaz, de uma dotação inicial de 450.000.00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), passamos para uma dotação de 2.199.000.00€ (dois milhões cento e noventa e nove mil euros). Um aumento de 389%.

Encargos com água, temos um aumento de 276%, passando 348.000.00€ (trezentos e quarenta e oito mil euros) para 1.302.326.00€ (um milhão, trezentos e dois mil, trezentos e vinte seis euros).

Encargos com iluminação, temos um aumento também de 335%.

O tratamento de resíduos sólidos urbanos, passamos de uma dotação inicial, que até acredito já na altura que estivesse um bocadinho abaixo neste orçamento inicial, mas que era uma dotação de 1.817.000.00€ (um milhão oitocentos e dezassete mil euros), para a previsão que nós temos e isto é por previsão, a previsão dos custos da AMARSUL sobe aos 6.000.000.00€ (seis milhões de euros). Com um aumento de quase de 230%.

Relativamente e aqui também está no âmbito das aquisições de serviços, isto aqui é mais indicativo como devem imaginar, intervenção e promoção na saúde tínhamos uma rubrica muito residual de 60.000.00€ (sessenta mil euros) e é uma deliberação da própria Câmara Municipal, e colocamos neste momento 1.938.869.00€ (um milhão, novecentos e trinta e oito mil e oitocentos e sessenta e nove euros). É um montante que colocamos nesta rubrica, e volto a dizer, o auto ainda está a ser debatido e afinado, não haverá no dia 1 de abril transferência para a saúde, porque não está concluído, de qualquer maneira tínhamos que carregar algum montante. É uma estimativa ainda terá que ser afinada.

Portanto, a totalidade destes encargos, e também ainda temos os encargos de cobrança de receita que nós próprios também temos que pagar, naturalmente. O total dá, só nestas rubricas, 16.247.262.84€ (dezasseis milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e dois euros e oitenta e quatro centimos).

Portanto, como veem, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não há aqui nenhum perigo. A aquisição de serviços é esta. Agora, também há outra matéria e aí certamente não concordaremos. É que nós também acreditamos que o Município também tem obrigação de poder contratar empresas exteriores e assim dinamizar uma economia.

Referiu Cascais e Leiria, eu não me parece que Cascais esteja particularmente mal, conheço Municípios certamente em piores condições do que Cascais, e Leiria também me parece que é um Município que tem



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

melhorado muito nos últimos anos, com variadíssimas gestões, também não me parece que seja o pior dos exemplos, mas podemos lembrar outros Municípios e há outros diferentes.

Portanto, quero dar nota destes aumentos, quero dar nota desta explicação.

Relativamente, à questão das refeições escolares, quero dar nota também da nossa grande preocupação e nós vamos ter que acertar depois concursos ao nível das refeições escolares, já noutras dimensões, portanto, vamos ter que lançar novos concursos. Obviamente que a questão da vigilância e da qualidade é fundamental, mas também não escondo que, os preços e tenho vários colegas autarcas a falar nisso, os novos concursos e os preços que está a ser pedido pelo levantamento de mercado que fazemos antes dos novos concursos, também é bastante assustador.

Portanto, eu acho que vamos ter todos que ter uma grande reflexão, porque a aumentar desta maneira todo o tipo de fornecimentos, seja de refeições, há um momento que vai ter que ter um limite, essa preocupação tem sido transmitida seja à Associação Nacional de Municípios, seja à Área Metropolitana de Lisboa e naturalmente, ao Governo, como é evidente, ao Governo que hoje, é bom não esquecer, que hoje tomou posse.”

7.1.3.2 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agradeço a afirmação da Senhora Presidente da Câmara. Longe de mim pensar que sei de tudo, sei muito pouca coisa, mas há algumas coisas que sei. E quero lhe dizer Senhora Presidente da Câmara, que se precisar eu ajudo-a a apreender a ler. E eu vou-lhe explicar. E se quiser pode seguir a rubrica combustíveis e lubrificantes que há pouco me falou.

Esses 450.000.00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros) que aí estão, rubrica combustíveis e lubrificantes, na aquisição de serviços. A Senhora Presidente enganou-se, é que os 450.000.00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros) foi o valor com que foi dotado em dezembro, para este ano, mas foi insuficientemente dotado. Porque a verba que foi gasta, os 450.000.00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros) que estão aí não correspondem à verba gasta em 2021. A verba gasta em 2021, mas isto é normal, é normal quando se faz um orçamento, o primeiro orçamento, haja rubricas que estão insuficientemente dotadas, porque normalmente espera-se pela transferência do saldo de gerência, para depois se fazer o acerto. Isso acontece com muita rubrica, ficam insuficientemente dotadas e depois na 1ª Revisão acerta-se, é o caso dos combustíveis que a Senhora Presidente, infelizmente disse que os combustíveis cresceram muito, só que pegou mal na questão. Porque o que foi gasto em 2021 em combustíveis, foi 1.440.000.00€ (um milhão quatrocentos e quarenta mil euros), e agora ao reforçar-se com 1.750.000.00€ (um milhão setecentos e cinquenta mil euros) redundando, ficamos com 2.199.000.00€ (dois milhões, cento e noventa e nove mil euros). O que significa que o aumento é de 53% nos combustíveis. O mesmo acontece com a limpeza e higiene, que também aqui a rubrica estava insuficientemente dotada.

Por exemplo, há aqui uma coisa que eu tenho muita dificuldade em perceber e era uma dúvida que gostava de colocar, que são os encargos com instalações. Não se percebe, porque a verba gasta o ano passado em encargos com instalações foi 2.800.000.00€ (dois milhões e oitocentos mil euros). Agora, a proposta que está aqui com esta Alteração Orçamental passa para 7.300.000.00€ (sete milhões e trezentos mil euros). Ora isto, porquê? O que é justifica que os encargos com instalações, tenha uma subida desta forma? É o gaz? Mas o gaz está ao lado. É o combustível? Mas isso está ao lado, a eletricidade está ao lado. Por exemplo, no caso da água, também aqui se engana, porque a rubrica com esta Alteração Orçamental fica dotada com 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), mas o que foi gasto o ano passado em água, foi grosso modo 2.300.000.00€ (dois milhões e trezentos mil euros). O que significa que o aumento é de 10% e não aquilo que estava a dizer e estava a comparar com 580.000.00€ (quinhentos e oitenta mil euros). Convém perceber que há rubricas que estão insuficientemente dotadas, o que é normal, e que depois com a Revisão Orçamental faz-se a dotação certa e, portanto, há uma subida. Agora, já é errado pegar no valor inicial de dezembro, e fazer o aumento para o valor que é agora colocado, porque é evidente que o valor que está na dotação inicial, é uma dotação insuficiente. Portanto, é aqui que está a questão. E aquisição de bens e serviços, por muito que a senhora Presidente da Câmara pretenda justificar, não se esqueça que a subida é de 27.000.000.00€ (vinte e sete milhões de euros), e



isto comparado com isso são trocos, há muito dinheiro aqui que a Senhora Presidente não consegue explicar porque é que dotou. Enfiou números par ali, foi espalhando, foi espalhando. Pode-se dizer, que ficou com uma pequena almofada, normal, sim 10%, 15%, normal. Agora, muito mais do que isso, é claramente mandar barra à parede, fazer um orçamento que não corresponde à verdade. E um dos problemas deste Município é esse. É que o orçamento diz muito pouco com a execução, nós temo-lo dito várias vezes.

E aproveito para terminar, e respondendo há pouco ao Senhor Deputado Municipal do Partido Socialista que falou sobre a questão, falou sobre o muito dinheiro que este Município tem. Pois tem, claro que tem, tinha que ter. Então, está a investir cerca de 50% daquilo que estima. Com as receitas a crescerem normalmente, com a despesa a não evoluir como deve evoluir, é evidente tem que se poupar, não há outra hipótese. Fez quatro anos a investir 50% daquilo que tinha. O ano passado foi o melhor ano deste mandato e mesmo assim é pior do que o pior ano do mandato anterior. No mandato anterior da CDU. Portanto, o problema que está aqui é este, é que quando não se investe, é obvio que o dinheiro sobra, porque do lado da receita, a receita está sempre a crescer, olhamos para a receita a receita está sempre a crescer. A despesa, não há capacidade para executar. E esta Revisão Orçamental vem provar isso e infelizmente, três meses depois. Eu pensava que que demorava mais tempo, mas três meses depois consegue-se dar uma volta completa aquilo que estava previsto e que foi aprovado por esta maioria no caso da habitação, que é um caso flagrante. Mostra a incapacidade e a falta de credibilidade que têm os números que aqui são apresentados.”

7.1.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não vale a pena estar a misturar tudo, eu estava a comparar e estava a referir percentagens de aumento entre o inicial e o final. Não me pediu e digo-lhe já aqui que não tenho, mas posso lhe arranjar, esse tal diferencial entre o executado do ano passado e deste ano. Portanto, a partir do momento em que me dizem, e é verdade e assumo, que há um aumento muito substancial na aquisição de serviços, é em função do inicial e da Revisão. Agora, se de repente começa a misturar a execução do ano passado, é evidente que as percentagens são diferentes. E consegue ter este extraordinário, é que eu vou voltar a ler, lembra-se dos combustíveis quanto que disse? Era 53%. Eu vou ler aquilo que li: Encargos com combustíveis passou de 1.165.800.00€ (um milhão, cento e sessenta e cinco mil e oitocentos euros) para 1.779.502.00€ (um milhão setecentos e setenta e nove mil e quinhentos e dois euros). Ou seja, um aumento de 53%. Está a ver como batem certo? Está a ver como as contas até batem certo?

Relativamente à incapacidade, eu quero lembrar que no final de 2017, 2018, o Orçamento da Câmara Municipal de Almada, era entre os 94 e 97 milhões de euros. Neste momento o Orçamento da Câmara Municipal de Almada é de 177.000.000.00€ (cento e setenta e sete milhões de euros). E, portanto, uma execução mesmo que seja uma execução sobre um orçamento de 146.000.000.00€ (cento e quarenta e seis milhões de euros), uma execução vamos dizer de 60%, fica certamente acima do que uma execução de 80% de um orçamento que é quase metade do segundo orçamento. Qualquer pessoa entende isso. Isto também o que vale é que nós discutimos e, mas depois há uma coisa chamada Anuário Financeiro das Autarquias, e os números estão lá. E, portanto, como os números estão lá, é muito fácil de ver. Convido todos a verem em vez de continuarem a ouvir esta ladainha do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, mas que pelos vistos alegra algumas almas, portanto, haja felicidade, cada um se ilude com o que quer.”

7.1.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta da União das Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 16 abstenções sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta da União das Freguesias que o integram, 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I à Lei Nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022, nos precisos termos da deliberação de câmara de 28 de março de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-154-DAGF.

7.2 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE).

7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Bloco de Esquerda como é sabido tem muitas divergências com este executivo, essas divergências são divergências políticas e sobretudo as políticas adotadas para dar resposta aos inúmeros problemas existentes no nosso Concelho, sabemos que para além das questões da mobilidade, os problemas das alterações climáticas, temos as questões relacionadas com habitação que são uma das principais questões em que divergimos.

E estas são divergências políticas que inevitavelmente se traduzem em questões orçamentais, e sobre as quais nunca conseguimos até aos dias de hoje chegar a acordo em negociações sobre os sucessivos orçamentos, e que não sendo este o único ponto em que discordamos, justifica plenamente o nosso voto contra e essa seria em condições normais a votação da nossa bancada a esta Revisão Orçamental.

Consideramos que apesar de muitas preocupações expressas, é notória a inexistência de execução de políticas que mitiguem ou que procurem resolver quer circunstancial, quer estruturalmente, os principais problemas de Almada. É verdade que partilhamos muitas vezes as preocupações, mas não é menos verdade os avanços no concreto são de facto muito poucos e poucas têm sido as respostas como é o caso tal como já referi, da tarifa social da água. Ainda assim esta Revisão Orçamental tem de facto, uma particularidade muito importante, porque dela depende o encaixe do valor necessário para pagamento dos salários dos mais de 800 assistentes operacionais e assistentes técnicos, que o município vai ter de integrar. Não queremos em circunstância alguma, que se considere que o Bloco de Esquerda não entende que isso é uma obrigação que decorre de uma Lei, com a qual não concordamos, mas que existe e que é uma realidade. E que dessa obrigação dependem os salários dos mais de 800 trabalhadores e trabalhadoras. E mantendo, portanto, as nossas divergências de fundo, excecionalmente, vamos abster-nos nesta votação como um sinal de compreensão perante a necessidade de ajustar esta verba e desta forma assegurar o pagamento dos salários de tantas centenas de trabalhadores. Manteremos o nosso debate não apenas sobre estes assistentes operacionais que agora terminam o seu vínculo temporário, com consciência que esse vínculo não pode ser convertido automaticamente, mas com a reivindicação da integração no Mapa de Pessoal destes trabalhadores. E continuaremos o debate sobre muitas outras divergências que temos com esta governação autárquica, reiterando o facto de esta ser uma votação excecional num momento também ele excecional.”

8 – Tendo-se terminado a apreciação de todos os pontos da agenda da reunião deu-se por concluída a reunião, sendo cerca das 00H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Pedro Ribeiro Gomes da Silva, Francisca Luís Baptista Parreira, Filipe Alexandre Pardal Pacheco, Nuno Filipe Miragaia Matias, António José de Sousa Matos, Helena Manuela Gil Azinheira, Tiago David Galveia, Mara Silva Martins e Fernando Cordeiro Cruz.

10 – Foi verificada a presença de cerca de vinte seis munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, pela primeira vez, em língua gestual portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

[Handwritten signature in blue ink]

2-7-7